



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 0135T/14

Hora: 09:54

Fase:

Orador: Outros Eventos, -

Data: 19/03/2014

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

**SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO EVENTO: Seminário
REUNIÃO Nº: 0135T/14 DATA: 19/03/2014 LOCAL: Auditório Nereu Ramos INÍCIO:
09h54min TÉRMINO: 13h10min PÁGINAS: 66**

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JOSÉ FRANCISCO MERINO LÓPEZ - Deputado da República de El Salvador.
BENITO ANTONIO LARA FERNÁNDEZ - Deputado Da República de El Salvador.
FRANCISCO PRACIANO - Deputado Federal, Primeiro Secretário do Comitê Executivo do Capítulo Brasileiro da Organização Mundial de Parlamentares contra a Corrupção - GOPAC e Presidente da Frente Parlamentar Mista de Combate à Corrupção. **JORGE ZERMEÑO INFANTE** - Embaixador do México na Espanha e representante da GOPAC Mundial. **AUGUSTO NARDES** - Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União e Presidente da Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores - OLACEFS. **MARCUS VINICIUS FURTADO COELHO** - Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. **HUMBERTO COSTA** - Senador da República e Vice-Presidente do Capítulo Brasileiro da Organização Mundial de Parlamentares contra a Corrupção - GOPAC. **RICARDO GANDOUR** - Diretor de Conteúdo do Grupo Estado. **RODRIGO RANGEL** - Jornalista da revista *Veja*. **ELIANE CANTANHÊDE** - Colunista do jornal *Folha de S.Paulo*. **LEONARDO CAVALCANTI** - Jornalista do jornal *Correio Braziliense*.

SUMÁRIO

Seminário Internacional de Combate à Corrupção.

OBSERVAÇÕES

Houve exposição em espanhol com tradução simultânea. O serviço de tradução do texto gravado nesta reunião não é de responsabilidade do Departamento de Taquigrafia. Há falhas na gravação. Há expressões ininteligíveis. Há orador não identificado em breve intervenção. Houve exibição de imagens. Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Carlos Mendes Thame) - Bom dia!

Quero inicialmente agradecer a presença de todos e dizer que estamos hoje juntos aqui para compartilhar este *Seminário Internacional de Combate à Corrupção*, que debaterá um dos temas mais atuais de toda a construção da democracia brasileira e que é organizado conjuntamente pelo Capítulo Brasileiro da Organização Global de Parlamentares contra a



Corrupção - GOPAC e pela Frente Parlamentar Contra a Corrupção - já existente aqui no Brasil -, composta de Deputados e Senadores.

Nós temos a satisfação hoje de contar com a presença do Sr. Embaixador Jorge Zermeno Infante, do México. S.Exa. é ex-Senador, ex-Deputado, ex-Presidente da Câmara dos Deputados do México e vem representar a GOPAC internacional. S.Exa. é conferencista da nossa palestra magna de hoje.

Também contamos com a presença dos representantes da GOPAC de El Salvador, que são os Srs. Deputados Francisco Merino e Benito Lara e que nos dão imensa satisfação com sua presença.

Queria convidar para fazer parte da Mesa também o Deputado Francisco Praciano, que é Secretário-Geral do Capítulo Brasileiro e preside a Frente Parlamentar contra a Corrupção.

Convido a comporem a Mesa os Srs. Deputados de El Salvador, Francisco Merino e Benito Lara.

Nós temos a grata satisfação de poder contar hoje aqui com a presença do Deputado Osmar Serraglio, do Deputado José Roberto, Vice-Presidente do PROS, do Deputado Izalci, do Deputado Luiz Pitiman, Vice-Presidente da GOPAC para a Região Centro-Oeste do Brasil. Os Deputados Izalci e Luiz Pitiman são Parlamentares do Distrito Federal; portanto, nossos anfitriões.

Contamos também com a presença da ex-Deputada Thelma de Oliveira, de Mato Grosso, que é Vice-Presidente do PSDB-Mulher Nacional.

Encontram-se conosco também a Sra. Tieza Lemos, Vereadora de Araçatuba, em nome de quem saúdo todos os vereadores presentes; a Sra. Nancy Thame, minha mulher, também do Secretariado Nacional do PSDB; o Sr. Deputado Arnaldo Jordy, que nos dá imensa satisfação com sua presença; o Sr. Deputado Simplício Araújo; o Sr. Deputado Fernando Ferro, um dos mais ativos Parlamentares do PT, nosso companheiro em inúmeras batalhas.

Gostaria de cumprimentar aqui o Embaixador da Bélgica, Jozef Smets; o Sr. Diretor de Relações Institucionais da Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE, Meritíssimo Juiz Federal, Dr. Alexandre Vidigal de Oliveira; o Dr. Luciano Silva Costa Ramos, Procurador-Geral do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte e Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Contas; o Dr. Elísio Teixeira Lima Neto, Presidente da CONAMP - Associação dos Membros do Ministério Público; a Dra. Amelia Nasandra, Segunda Secretária da Embaixada da Síria; Dr. Boru Jarso, representante da Embaixada do Quênia; Dr. Marcus Vinicius Furtado Coêlho, Presidente da OAB. Todos os convidados nos dão imensa satisfação com sua presença.

Encontra-se conosco também o Sr. Deputado Federal Reinaldo Azambuja, do PSDB de Mato Grosso do Sul, da cidade de Campo Grande.

Convidamos também para fazer parte da Mesa o Dr. Augusto Nardes, Presidente do Tribunal de Contas da União.

(Pausa.)

Inicialmente, eu gostaria de, deixando de lado o Dr. Jorge, que vai proferir a palestra magna, passar a palavra rapidamente, para uma saudação



inicial, aos representantes de El Salvador e, em seguida, ao Deputado Dr. Francisco Praciano, nosso Secretário-Geral da GOPAC.

Por favor, Dr. Francisco Merino. S.Exa. poderia dar uma palavra rápida.

O SR. JOSÉ FRANCISCO MERINO LÓPEZ (*Exposição em espanhol. Tradução simultânea.*) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deixo uma saudação ao. Embaixador Jorge Zermeño Infante, aos Srs. Deputados e a todos os presentes.

Em primeiro lugar, quero felicitar os autores pela iniciativa de convocar este *Seminário Internacional de Combate à Corrupção* para podermos compartilhar experiências.

Trazemos a saudação fraterna do Presidente da Assembleia Legislativa e Presidente do Capítulo da GOPAC para a América Latina, Sr. Deputado Sigfrido Reyes Morales, que foi designado membro da comissão de transição para o novo Governo de El Salvador, que se iniciará no próximo 1º de junho, encabeçado pelo Prof. Salvador Sánchez. De maneira que, em sua representação, vimos o Sr. Deputado Benito Antonio Lara e este servidor, que, ao mesmo tempo, somos parte especial de pesquisa sobre os fundos doados por Taiwan durante o Governo do ex-Presidente Flores Pérez...

É um caso emblemático de combate à corrupção que os Deputados salvadorenos estão realizando para poder combater efetivamente esse flagelo que tem privado muitos salvadorenos e salvadorenhas pobres de receber a ajuda que generosamente... durante esse período do ex-Presidente Flores Pérez.

Vai ser muito bom compartilhar esta experiência.

Quero entregar ao Sr. Presidente o bilhete pessoal que o Presidente da Assembleia Legislativa enviou, assim como também entregar o relatório que a Comissão de Deputados apresentou no plenário legislativo para combater efetivamente o flagelo da corrupção em El Salvador. Se me permitirem... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Carlos Mendes Thame) - Nossos agradecimentos.

Em seguida passaremos a palavra ao Sr. Deputado Benito Lara, também de El Salvador.

O SR. BENITO ANTONIO LARA FERNÁNDEZ (*Exposição em espanhol. Tradução simultânea.*) - Muito obrigado.

Bom dia a todos e a todas! É um prazer estar com V.Exas. compartilhando este momento.

O Deputado Francisco Merino, Presidente da Comissão Especial, estabeleceu o nosso papel na nossa na Comissão Especial. Esta pesquisa está em torno de 75 milhões de dólares... Estamos investigando, porque talvez poderá crescer essa quantidade de dinheiro que foi mal utilizado em nosso país, que, sem dúvida, afeta o desenvolvimento de nossa população e o desenvolvimento de nossa democracia.

Com muito prazer vamos compartilhar com V.Exas. as nossas experiências. MUITÍSSIMO obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Carlos Mendes Thame) - Nossos agradecimentos.



Na sequência, passo a palavra ao Deputado Francisco Praciano, nosso Secretário-Geral da GOPAC Capítulo Brasileiro e Presidente da Frente Parlamentar Contra a Corrupção, aqui já existente neste Congresso, que reúne Deputados e Senadores.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO PRACIANO - Gostaria de ser bem rápido, porque, logo em seguida, vamos participar de uma Mesa aqui, vamos falar bastante.

Quero agradecer a presença de todos. Estou achando boa a presença, no plenário, de cidadãos que ativamente combatem a corrupção, porque há qualidade.

É difícil, é um tema difícil, que tem atraído pouca gente, infelizmente. É quase um desabafo aqui do Coordenador da Frente Parlamentar de Combate à Corrupção, mas, felizmente, muitos ainda acreditam que essa doença pode ser, se não erradicada, bastante combatida.

O prejuízo que a corrupção gera ao País é muito grande. São 100 bilhões de reais por ano, segundo cálculos feitos pela FIESP. Há um desvio muito grande de recursos do planejamento público. Eu a chamo a corrupção grosseiramente - porque eu também sou político, sou Deputado Federal - de crime do político. E é grosseira a definição, só para ser rápido. Mas há outro crime que eu chamo de crime do empresário - é meio grosseira essa definição -, que é a sonegação.

Esses dois crimes representam um volume de recursos muito grandes que são tirados da sociedade brasileira - são 100 bilhões de reais da corrupção. Segundo os últimos estudos, inclusive alguns feitos pelo Banco Mundial, a sonegação tira da sociedade cinco vezes mais do que a corrupção. No ano passado, chegou a atingir o valor de 400 bilhões de reais; meio trilhão de reais nesses dois crimes.

Eu acho que as coisas aqui se confundem. A corrupção e os crimes de sonegação devem merecer o nosso combate. O mundo se preocupa com isso; não somos só nós. O motivo principal é que a corrupção atrapalha o investimento, torna-o menos atrativo, degrada o ambiente de negócio, gera impactos econômicos nos juros. No *spread* bancário, por exemplo, a lentidão da Justiça merece um percentual do *spread* por conta da insegurança jurídica. Então, é uma coisa que realmente se espraia. Os resultados da corrupção e da sonegação se espraia pela sociedade e pelo Estado.

Encerrando, eu quero parabenizar aqui o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, Presidente do Capítulo Brasileiro da GOPAC, grande cidadão. A gente está convivendo aqui, e a nossa admiração é grande. Pensamos de maneira igual.

Aqui, neste seminário, se depender da organização, nós não vamos tratar de pecadores, de corruptos; nós vamos tratar do pecado, nós vamos tratar do Estado brasileiro, que merece ser aperfeiçoado para que a gente combata a corrupção.

Há corruptos em todo o Brasil, há corruptos em todos os... Mas a corrupção é, normalmente, consequência da fragilidade do Estado. Precisamos aperfeiçoar o Estado brasileiro para que essa praga da corrupção seja combatida no Brasil.

Bom seminário para todos nós.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Muito obrigado, Deputado Francisco Praciano, muito bem colocado. É uma satisfação contar com a presença de V.Exa. para, juntos, ensejarmos esse pacto contra a corrupção.

Queria cumprimentar também o Deputado Duarte Nogueira, que nos dá imensa satisfação com a sua presença; o Padre Ton, Deputado Federal, que também participa aqui hoje.

Informo que o Presidente do Tribunal de Contas da União, Dr. Augusto Nardes, vai participar, logo em seguida, de um painel. Portanto, falará logo a seguir.

Nós poderemos passar diretamente para a palestra magna de abertura deste Seminário, com a presença do Dr. Jorge Zermeno Infante, que já esteve aqui na posse, na abertura do Capítulo Brasileiro, junto com o Dr. Cervantes, que é o Presidente Nacional GOPAC; já recebeu inclusive a Comenda Cruzeiro do Sul, do Governo brasileiro; é uma pessoa muito respeitada, tem feito uma carreira brilhante lá no México e se caracterizado sempre como um dos maiores baluartes na luta contra a corrupção no seu país e no mundo. E um dos objetivos neste Seminário é justamente podermos compartilhar essas experiências. Conhecemos o que ocorre e dá certo em outros países para reproduzirmos aqui no nosso País de forma exitosa, para avançarmos, para ganharmos tempo, para ganharmos etapas no combate à corrupção.

Tenho o prazer de dar início ao Seminário.

Com a palavra o Embaixador Jorge Zermeno Infante.

O SR. JORGE ZERMEÑO INFANTE (*Exposição em espanhol. Tradução simultânea.*) - Muito obrigado.

Eu agradeço muito o convite e as palavras do Sr. Deputado Presidente do Capítulo Brasileiro da GOPAC, Antonio Carlos Mendes Thame. Parabenizo S.Exa. pelo esforço da Comissão e pelo trabalho que está fazendo, através de oficinas como esta que tem o propósito, que é o mesmo do GOPAC, de lutar contra a corrupção em quaisquer que sejam suas formas e modalidades.

Quero começar com essa primeira reflexão e dar leitura a algumas anotações que, com muito carinho e muito respeito, eu preparei para que possamos aqui refletir juntos: a corrupção é uma violação permanente dos direitos fundamentais.

Existem debates de diversas formas em âmbito global para considerar a corrupção como violação de direitos humanos, ou seja, delitos de lesa-pátria e de lesa-humanidade. Há discussões sobre esses dois delitos associados à corrupção, que são delitos contra a economia nacional. E, portanto, contra o interesse nacional, devem ser considerados imprescritíveis.

Há debates também que estão gerando (*falha na gravação*) incipiente, pela recente e sobretudo sólida doutrina em matéria de análises de práticas de corrupção no âmbito global, porque a grande corrupção que se gera nas grandes empresas, particularmente de ordem financeira, administrativa ou comercial global afetam as possibilidades de desenvolvimento dos países... E como são recursos, pela presença e participação de funcionários públicos, que se dispersam dos propósitos fundamentais para satisfazer necessidades urgentes da sociedade,



sobretudo em matéria de saúde e de educação, sobretudo daqueles que menos têm. Rouba-se 1 peso ou 1 real para favorecer a uma prática desleal, com o propósito de dispor indevidamente de recursos públicos... Creio que se queira, com 1 centavo... Porém, está-se lidando com a vida, com o acesso aos bens e à cultura, com a saúde, com o futuro de todos os membros de uma sociedade nacional. Esse é o debate.

Esse é o alcance que promove a organização que eu represento, que na verdade nós representamos, que assume convicções e vocações pessoais nas quais podemos reconhecer a honra que significa representar os seus povos nos congressos legislativos.

No México, como na maioria dos países, com um regime presidencial, parlamentar ou semiparlamentar, nós temos uma legislação em matéria de combate à corrupção, que é representada pelo sinal de que os problemas comuns, analisados seriamente e *(falha na gravação)* para todos... E a pretensão de se resolverem os problemas comuns de maneira isolada ou de maneira unilateral nunca foi eficiente.

Essa é a maneira de assumir todos os desafios para chegar ao destino comum que nos espera nessa região do mundo, a região latino-americana.

Particularmente, essa região tão esforçada, tão experimentada em sofrimento e em dor humana, da imigração e desvio dos esforços de desenvolvimento, porque questões que todavia não estão claramente analisadas e vinculadas com os direitos humanos ou com a corrupção não poderão representar verdadeiras opções e oportunidades para os setores mais vulneráveis e sacrificados historicamente.

Lamentavelmente, por muito tempo, aproveitando-se dessa condição de vulnerabilidade, junto com a corrupção, foram gerados grandes espaços de impunidade aos quais afastam a possibilidade de desenvolvimento e transformação social.

Por isso, a GOPAC tem uma clara perspectiva de violação dos direitos humanos originada pela corrupção. E este tipo de congresso e de oficina deve converter-se em detonador de propostas e iniciativas que contribuam para o debate mundial sobre o alcance das práticas de corrupção.

Como representante e em nome da Presidência da GOPAC Mundial, agradeço a todos a oportunidade de participar deste congresso, porque reconheço que os presentes assumem um compromisso real para realizar ações necessárias para prevenir e combater a corrupção, começando por seus próprios congressos. Na GOPAC estamos conscientes de que combater a corrupção representa riscos, aos quais se dão o caráter político, com repercussões políticas.

O objetivo de combate à corrupção tem também os efeitos de tocar grandes interesses, em que se requerem valores e convicções voluntárias para se inscrever nas filas da denúncia e do combate frontal à corrupção, com prudência, com inteligência, com correta intenção, sabendo clara e realmente o que se quer evitar, e não o que se quer obter. Mas que se permita, não por evitar danos de caráter político, e se continue permitindo, dentro dos congressos *(ininteligível)* a impressão da sociedade de que também aí há corrupção. Normalizar a transparência e



a probidade dos congressos é condição sem a qual não se pode combater esse mal.

A GOPAC é uma organização que conta com 49 capítulos nacionais, em cinco continentes do mundo, e tem como propósito fundamental o combate à corrupção, não somente através da elaboração e adequação de leis. Os Parlamentares, através da fiscalização, realizam a função de serem visíveis todos aqueles espaços geradores de impunidade, inclusive a função pública legislativa, jurisdicional ou administrativa. Têm que ser públicos esses espaços de impunidade através supostamente da transparência e da revisão de contas.

Em nosso trabalho, há mais de 10 anos temos observado que para muitos países o avanço no combate à corrupção é medido pela elaboração de leis. Refiro-me, principalmente, aos países europeus. Por exemplo, o mais importante é o fortalecimento institucional.

A harmonização dessas duas visões e a geração de normas de fortalecimento institucional são condições indispensáveis para prevenir e combater a corrupção. De nada servem as leis sem as instituições adequadas para sua implementação e para sua exigência, mas de nada servem também as instituições sem uma legislação adequada que lhe dê capacidade às funções e às fortalezas; em palavras muito coloquiais: os dentes e os instrumentos necessários para serem eficazes.

Na GOPAC estamos convencidos de que nunca será o mesmo sustentável o avanço na luta contra a corrupção só com a enumeração de adequações legislativas.

Em quase todos os fóruns para os quais somos convidados, desde a OCDE, o Banco Mundial e todos os outros organismos financeiros mundiais, os mecanismos de segmentos das convenções contra a corrupção (*ininteligível*), na Comissão Interamericana contra a Corrupção, que foi prévia na Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção... Todos os nossos países têm quadros de avanços legislativos, como, por exemplo, a região da América Central, que eu assinalei particularmente como referência para o México, e vêm fortalecendo suas instituições.

Nós estamos fazendo muitas leis, mas não temos instituições. E países pequenos, em termos de tamanho geográfico, querem as mudanças legislativas que devemos observar.

Na GOPAC mundial oferecemos essa experiência, esse diálogo, hoje, entre Parlamentares, essa informação legislativa para efeitos de estabelecimento de melhores práticas. Vamos compartilhando experiências. Abro um parêntese para dizer: *As melhores práticas para que propósito?*

Somos países com níveis de pobreza intangíveis para os países desenvolvidos, insolúveis como os interesses dos países que cobiçam e se beneficiam dos grandes consórcios internacionais. Nossos interesses não estão necessariamente ligados à normalidade que nos querem propor os grandes esquemas financeiros globais.

O que quero dizer com isso? Se se está esperando a solução - permitam-me dizê-lo... geradas desde a expectativa de alcançar um futuro ao qual temos direito desde a análise conjunta dos problemas e o desenho de soluções novas.



Muito da legislação na matéria de lavagem de dinheiro, de combate ao terrorismo, de combate à corrupção está proposta e reformulada a partir de uma reflexão distinta à reflexão parlamentar dos países que têm problemas de pobreza. Nós nos atrevemos a construir soluções novas e distintas.

Na GOPAC, estamos convencidos de que nunca será a mesma coisa sustentar o avanço contra a corrupção e a sua enumeração de... Requerem-se indicadores objetivos como sanções penais e administrativas exemplares, que, junto com uma estratégia de prevenção, permitam avançar a uma cultura de honestidade, integridade dos governos, das empresas e da sociedade em geral sob... de cooperação internacional. Essa é a nossa missão e a nossa visão. Queremos compartilhá-la.

Sabemos que tem sido sustentado um... partindo de experiências de evolução em congresso no combate à corrupção na região africana nos permite sustentar que a contribuição latino-americana está se expandindo para o mundo.

A análise da Europa, do leste da Europa, particularmente na região africana, indicou de forma relevante que o combate à corrupção está, de fato, fazendo falta de forma ordenada e permanente na nossa região latino-americana. É imperativo atender ao que as sociedades do mundo questionam diante da corrupção e da impunidade.

Realmente, os governos representam os interesses da sociedade. Os partidos políticos são fatores importantes para o combate à corrupção. Nós podemos enfrentar os poderes fácticos que nos impressionam hoje. Nós estamos fazendo essas perguntas não somente pensando no México, não somente em outros países, mas são aplicáveis a todos os países, na verdade.

As respostas sobre essas questões podem ser aceitáveis a partir do momento em que se promovem processos de prevenção ao combate da corrupção e que se pode constatar que realmente se abatem os níveis de impunidade.

Os Parlamentares de todas as regiões do mundo, afiliados à GOPAC, temos as premissas fundamentais de contribuição ao combate da corrupção. A primeira dessas premissas fundamentais é fortalecer as capacidades institucionais e assistências legislativas adequadas. Segundo, recuperar a legitimidade das autoridades e fiscalização, como procuração e administração de justiça. Propomos aqui discutir o social e a matéria.

Para a GOPAC, as práticas de corrupção, infelizmente, impossibilitam o desenvolvimento das ações do nosso povo. Isso tem que a corrupção em todas as práticas de modo social atenta contra os direitos fundamentais, porque o seu combate deve sempre ter uma perspectiva de direitos humanos e, nesse sentido, as vítimas da corrupção somos todos nós, mas, principalmente, os mais pobres e, portanto, todos nos assistem essa perspectiva. De verdade, realmente, nós propomos com transparência a justiça e reclamamos o combate à impunidade. E a reparação de ativos e direito das garantias de não repetir, porque para isso se requer de fato um comprometimento.



Para combater a corrupção de forma geral, necessitamos do fortalecimento da autonomia estratégica e da legitimidade em todos os aspectos.

Com isso eu concluo deixando, para que possamos definir, a institucionalidade, que consiste no desenvolvimento do Estado baseado numa cultura de realidade, supervisão, transparência, prestação de contas e manuseio dos recursos públicos. Os diversos níveis de institucionalidade dependem de recrutamento meritocrático de competência e resultados. Isso parece uma definição até simples, mas é absolutamente, digamos, complexa para o fortalecimento institucional.

Mas quando as instituições se preenchem de funcionários públicos, de amiguismos ou de interesses, parte a desestimular de forma meritocrática... e dificilmente fortalecer, porque, de repente, se não é meu amigo e não vai, digamos, vestir a camisa, se é somente de uma tendência lógica e de ouvir somente a função pública ou só partidária, simplesmente debilita as instituições.

O segundo elemento é a autonomia estratégica. Digamos que uma palavra dessas possa inspirá-los. Eu não diria nada mais que uma palavra que, de repente, possa servir e que consiste no desenvolvimento estratégico de Estado e sociedade que seria manter uma relação próxima à cidadania diante de poderes fáticos.

Já enumerei todos os poderes e controles financeiros de lucros e das atividades administrativas e abastecedoras através de empresas que operam em monopólios - são financeiras que se sustentam em serviços básicos nas classes mais necessitadas.

Todos esses mecanismos podem ser de interesses para o produtor e produzir e abastecer as cadeias de distribuição. Estão analisadas em âmbito mundial como um... e que nomeia os Estados. Não seria o tipo de indústria somente, digamos, por exemplo, que seja só fundamental, mas uma economia estratégica para uma colaboração com a sociedade.

E aí teremos uma condição estrutural para a cidadania e políticas públicas para que se adaptem às necessidades. Temos que unir os interesses para que possamos ter emprego e atender as necessidades.

Como falso dilema, antes se discutia como poderia ser vista a política e os lucros, digamos. Mas como autonomia estratégica, incorporamos uma sociedade e mantemos uma capacidade de desenhar aí uma política pública e orientar o bem-estar, o emprego e a sociedade.

O elemento que a GOLPAC está discutindo de uma forma global seria gerar o número de empresas responsáveis, e essas empresas responsáveis são aquelas que cumprem propósitos, digamos - uma seria para isentar a comunidade, para oferecer programas filantrópicos e, por outro lado, comprometer-se com a sustentabilidade do meio ambiente. Hoje se a nossa organização mundial dissesse que não é exatamente responsável, aquela que não se compromete, teríamos práticas corruptas e contatos e pagamentos de seus impostos no cumprimento da lei; e gerar compromissos para as empresas propícios para valorizar a comunidade e que elas participem colaborando com a sustentabilidade do meio ambiente.

O princípio de uma nova empresa socialmente responsável é o compromisso de cumprir a lei do país e da forma como ela se apresenta.



Por último, a legitimidade e a condição do Estado político coerente em conseguir resultados. E se, de repente, não há resultados no combate à corrupção para prevalecer, se não há confiança, não há legitimidade.

Então, exortamos todos os Parlamentares da região a participarem aqui do debate global sobre a grande corrupção e os delitos nacionais. A prática de lavagem de dinheiro, não somente como uma ferramenta beneficiária, não somente colocar na cadeia o corrupto, mas também eliminá-lo de todas as atividades do sistema.

Por essa razão, a GOLPAC e todos os Parlamentares do mundo, temos total confiança e, sem dúvida alguma, representamos aqui um grande passo para a comunidade, para a solução e o combate da corrupção a partir do ponto de vista do Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Agradecemos imensamente ao senhor a participação neste seminário, que está sendo gravado pela *TV Câmara*. Mesmo assim solicito cópia do seu pronunciamento para que faça parte dos nossos Anais. O pronunciamento também estará disponível no *site* da GOLPAC, que vamos instalar brevemente, incluindo um manual de combate à corrupção que estamos elaborando para disponibilizar para todos aqueles que queiram vigiar e ajudar a detectar irregularidades para posterior julgamento e punição de delinquentes.

Suas palavras são um farol, um azimuth, um rumo para nós. Este seminário se baseia justamente nisto: mostrar que as leis, as melhores possíveis, não adiantam em nada, se não houver instituições fortes, e o contrário também, se tivermos fortes instituições e não tivermos uma legislação, já que todos nós somos subordinados a leis. As leis devem valer igualmente para todos. E se não tivermos leis boas, essa força das instituições se perde no vazio.

Por isso o seminário tem várias partes. Primeiro, sobre o papel do Legislativo; segundo, sobre o papel das instituições e dos órgãos de governo, com instituições fortes, desde o Executivo até o Judiciário - órgãos que já existem do Executivo, como o Tribunal de Contas, a Corregedoria, o Ministério Público, a Polícia Federal, que não podem ter suas verbas contingenciadas, pois isso é diminuir o poder de fiscalização desses órgãos, que têm que ser prestigiados. O Judiciário tem que ser prestigiado, fortalecido.

O terceiro painel é sobre o papel das organizações não estatais, da mídia, da imprensa, das organizações não governamentais, na formulação e criação de uma mentalidade que contribua para organizar a sociedade. Vontade política não nasce por geração espontânea, ela é decorrente da pressão da sociedade organizada. Como a sociedade se organiza? Quando há conscientização. E esses órgãos, essas instituições intermediárias de uma democracia são fundamentais para organizar e mobilizar a sociedade.

Por último, incluímos um novo painel, que é o da reforma política com vistas ao combate à corrupção. Como melhorar a qualidade dos nossos representantes? Se nós fazemos parte de uma democracia representativa, então temos que ter representantes que falam pela população. Eleitos e eleitores estão próximos? Os eleitos representam



bem o eleitorado, a nossa população? Esse é um painel que nós queremos também discutir aqui.

Portanto, estamos muito felizes com as suas ponderações. Queremos agradecer-lhe imensamente. Transmita nossos agradecimentos ao Dr. Cervantes e a toda a Diretoria da GOLPAC internacional, em nosso nome e, tenho certeza, no do Deputado Francisco Praciano e também no da Frente Parlamentar Mista de Combate à Corrupção.

Quero expressar os nossos desejos de que este trabalho seja de nível global realmente e que contribua efetivamente para avançar o horizonte dos bons desempenhos contra a corrupção.

Dando sequência aos trabalhos, daremos início ao Painel nº 1: *O papel do Legislativo na fiscalização e no aprimoramento de um arcabouço legal*. Nós vamos contar com a presença muito honrosa do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Augusto Nardes, atual Presidente da Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores - OLACEFS; do Deputado Francisco Praciano, que tem uma grande experiência não só como 1º Secretário-Executivo da GOLPAC, instituição recém-criada, mas também como Presidente da Frente Parlamentar Mista de Combate à Corrupção; do Dr. Marcus Vinicius Furtado Coêlho, Presidente da OAB, que nos dá imensa satisfação com sua presença; e do Senador Pedro Taques, representando o Senado Federal.

Pedimos a presença à Mesa do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Marcus Vinicius Furtado Coêlho, que nos dá imensa satisfação com sua presença. *(Palmas.)*

Eu queria aproveitar, inicialmente, para dizer que nós nos sentimos muito felizes com a participação, hoje, do Deputado Estadual Adilson Troca, Presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; dos Deputados Federais Celso Jacob, do PMDB do Rio de Janeiro; Lincoln Portela, Vice-Líder do PR; Jesus Rodrigues, do PT do Piauí, e também com a presença do Sr. Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal - ADPF, Dr. Marcos Leôncio, e da Sra. Ângela Rehen, Diretora de Relações Governamentais da Editora Abril.

Hoje, quarta-feira, aqui em Brasília, é um dia muito corrido. O Presidente Henrique Eduardo Alves está participando de uma reunião de Líderes, tratando de assuntos urgentíssimos. Se possível, quando terminar, ele estará aqui conosco. Hoje também, neste horário, é dia de sessão no Tribunal de Contas da União.

Nós queremos agradecer imensamente ao Ministro Augusto Nardes a presença, pedir-lhe que inicie este painel e dizer-lhe que a sua participação é muito honrosa para todos nós. Na sequência, daremos a palavra aos demais integrantes da Mesa.

O SR. MINISTRO AUGUSTO NARDES - Muito obrigado, Deputado Federal Mendes Thame, de quem tive o prazer de ser colega quando estive neste Congresso Nacional. Portanto, é uma satisfação participar deste evento. Minha saudação por esta iniciativa, um trabalho extremamente importante para o País.

Eu queria, portanto, cumprimentar a Organização Global de Parlamentares contra a Corrupção - GOPAC, que é um trabalho que



coloca, sem sombra de dúvidas, *(falha na gravação)* a democracia de um país. E eu acho que enfrentarmos esse tema é extremamente importante, especialmente neste painel em que discutimos o papel do Legislativo e o arcabouço que pode se estabelecer para a fiscalização e o aprimoramento do Legislativo, do Congresso Nacional e da sociedade brasileira para essa questão.

Inicialmente, eu gostaria de cumprimentar os demais participantes da Mesa, o Deputado Francisco Praciano e também o Dr. Marcus, que representa aqui a OAB.

O Tribunal de Contas da União - TCU tem feito um trabalho muito ativo nesta questão de fazer a administração da corrupção. Aliás, nos últimos anos, a última lista da chamada Ficha Suja, e acho que na lista deste ano também - quem faz isso, em boa parte, é o Tribunal de Contas da União - , vai chegar a um número próximo a 7 mil, 8 mil pessoas condenadas pelo Tribunal. Portanto, um número muito significativo.

Com essa condenação, os gestores que participam da vida pública perdem o direito de concorrer por 8 anos, perdem a capacidade de ser candidato por 8 anos. Portanto, além das penalizações, das multas e dos débitos que nós aplicamos, tanto às empresas como aos funcionários públicos, a nossa lista, que vamos entregar em junho para o Tribunal Superior Eleitoral, que basicamente cumpre aquilo que o Tribunal de Contas da União decide, deverá ter um número semelhante ao que nós entregamos alguns anos atrás: de 7 mil a 8 mil nomes de condenados. Portanto, um número bastante impactante.

Mas o Tribunal não faz somente a condenação. Nós temos um trabalho preventivo muito importante por parte do Tribunal de Contas da União - TCU, no qual nós atuamos, meu caro Mendes Thame, de forma preventiva. Mesmo agora, na Copa, trabalhamos imensa e intensamente para evitar desvios e fraudes. Conseguimos fazer uma economia próxima de 700 milhões agora na Copa, tanto nas obras de mobilidade e nos estádios, trabalhando de forma preventiva, ou seja, sem paralisar uma obra.

Muitas vezes se coloca que o TCU paralisa muitas obras. Eu mandei fazer um levantamento e, de 1.153 obras do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, que cuida da parte de obras de estradas no Brasil, Dr. Marcus, 140 obras estão paradas, não por responsabilidade do TCU, mas por falta de planejamento e uma série de fatores, e apenas duas, por parte do TCU.

Aliás, quem toma a decisão final de paralisar uma obra não é o TCU. Nós mandamos um relatório técnico para o Congresso Nacional, para a Comissão Mista, que toma a decisão final se paralisa ou não a obra.

Claro que não temos capacidade de fiscalizar todas as obras no Brasil. O PAC está entre 3.500 e 4 mil obras. Conseguimos fiscalizar 200 e poucas. Buscamos as mais importantes.

O que fica caracterizado quando se verificam as obras? O que leva a esses números, que são bastante impactantes e importantes em termos de desvios e fraudes no Brasil? Primeiro, é a falta de projeto básico, falta de projeto executivo: 53%. Em torno de 51% é sobrepreço, mas o mais importante é a falta de planejamento. Nós sempre fizemos os indicadores:



por que a obra não andou? E fica em torno de 53% por falta de projeto básico, por falta de projeto executivo.

Cito, por exemplo, a transposição do São Francisco. Ela se iniciou em 2005, era para terminar em 2010. O valor inicial da obra era 4,2 bilhões, mas já está em 8,5, chegando próximo de 9 bilhões. Nós estamos em 2014, era para terminar em 2010. Faltou o quê? Na sua maior parte, dos projetos executivos não foram bem feitos.

Meu caro amigo Adilson Troca, você é do meu Estado, também tivemos problemas na Copa lá. Ou seja, não foi feito planejamento adequado. Deixamos de gastar 455 milhões nas obras de infraestrutura para a Copa. Então, a questão do planejamento é um dos grandes gargalos do Brasil. O Deputado Praciano falou muito bem, e eu gravei sua exposição, das fragilidades do Estado brasileiro. Quando falo de alguns exemplos da União, não significa que os Estados estão bem, que os Municípios estão bem. A situação é semelhante nos Estados e Municípios.

Eu acho que o Deputado Praciano atingiu na mosca o grande problema do Estado brasileiro: a fragilidade da administração pública como um todo. Isso facilita a corrupção. Para fazer corrupção, quanto mais frágil o Estado e a estrutura não adequada, facilita-se a corrupção.

O trabalho do tribunal, nesses últimos anos, tem sido fazer trabalhos preventivos, Deputado Praciano, para ajudar o Governo, porque muitas vezes o Governo não tem capacidade de saber tudo o que acontece.

Nós tivemos uma economia, nos últimos 5 anos, de 102 bilhões de reais com as auditorias que fizemos. Claro, penalizamos muitos gestores, porque a gente manda repactuar os contratos, mas não paralisamos nenhuma obra da Copa e fizemos uma economia de 700 milhões.

Como mudar esse quadro? E aí vem a contribuição do Tribunal de Contas para este seminário, que discute as dificuldades para evitar a corrupção. Utilizo novamente, Deputado Mendes Thame, a questão das fragilidades da administração pública como um todo.

Vou dar para os Srs. Parlamentares, os embaixadores, os representantes de outros países, como El Salvador... Nós fizemos uma análise das contas do Governo ano passado, e vimos as fragilidades na administração como um todo. Eu vou dizer os resultados dos nossos trabalhos, mostrando que esse é um problema cultural e que não está localizado apenas na União.

No ano passado, dos recursos disponíveis para a área de transportes, que oscilam mais ou menos entre 18 a 20 bilhões, apenas foi utilizado 33%. Isso na área de transporte, que é fundamental para diminuir os gargalos e o Custo Brasil, a questão da competitividade brasileira. Apenas 33% dos recursos disponíveis de 2013 foram utilizados pela administração em termos de estradas. Vamos pegar outro item importante: saúde. Quanto foi entregue do dinheiro que estava disponível, que foi liquidado? Vinte e sete por cento. O nosso orçamento para investimentos no Brasil, no ano passado, foi em torno de 160 bilhões. Só um Ministério conseguiu passar de 50%, o Ministério da Defesa, com 52% - os militares são mais organizados e conseguiram gastar 52%.

Então, temos recursos, mas, pela incapacidade de organização do Estado... E eu falo dos Estados, dos Municípios e da União. Não estou acusando nem A, nem B e nem C; eu estou falando que é um problema



cultural de falta de organização, de falta de planificação como um todo. Eu acho que isso é um pouco latino. Ou seja, os amigos do México que estão aqui, de El Salvador e de outros países, faz parte um pouco da nossa cultura latina não termos um planejamento adequado. Alguns países conseguiram superar isso, como o Chile.

Eu tenho viajado muito, como Presidente da OLACEFS, e a gente começa a comparar um país com outro e, como viajo muito no Brasil, a comparar um Estado com outro. Há bons exemplos, há boas práticas de governança no Brasil, como também temos boas práticas de governança na América Latina, mas nós temos problemas sérios que precisamos enfrentar.

Então, o Tribunal de Contas continua avaliando a questão da legalidade, que é verificar se há conformidade, mas somente isso não adianta.

Hoje vamos entregar um trabalho que é impactante. Não vou relatar os dados aqui, vou anunciar alguns números, porque o Relator é o Ministro Valmir Campelo. Chamamos 30 Tribunais de Contas dos Estados. No ano passado, pela primeira vez, fizemos um trabalho de auditoria operacional para ver o desempenho - em espanhol se fala mais em auditoria de desempenho; nós falamos mais em auditoria operacional - e, junto com os 30 Tribunais de Contas dos Estados, pela primeira vez, vamos dar um retrato para o País sobre a educação.

Vou anunciar alguns números.

Na área da educação, nós temos grandes fragilidades, especialmente esse dado que vamos apresentar, hoje à tarde, na sessão do Tribunal: 52% dos estudantes na Região mais rica, a Região Sudeste, não terminam o ensino médio - a sua região, Deputado Thame; na região do Deputado Praciano, apenas 36% terminam o ensino médio, incluindo, claro, todos os segmentos, desde o infantil ao fundamental. São 51 milhões de brasileiros que fazem o ensino médio, somando todos esses segmentos.

Na Região Norte, 36%, e 52% na Região Sudeste. É muito pouco. Como competir com países como a Coreia do Sul? Na área universitária, estamos com 14% na faixa etária de 18 a 22 anos e eles estão com 70%. Como competir, se a mão de obra que eles estão formando é muito mais especializada?

Portanto, o Tribunal passa a avaliar cada vez mais a questão da operacionalidade, da eficiência, da eficácia do Estado. E o que verificamos?

Vou dar um número impressionante, no sentido de ajudar. Já falei com a Presidente Dilma; falei, há poucos dias, uma hora e meia com o Ministro Aloizio Mercadante, mostrando os números, no sentido de ajudar o Governo; no sentido de ajudar o Judiciário também, tive uma longa conversa com o Ministro Joaquim Barbosa. Tive uma longa conversa com o Deputado Henrique Alves, Presidente desta Casa, a que pertenci, e uma longa conversa com o Senador Renan, Presidente do Congresso Nacional, para que a gente possa trabalhar em conjunto a fim de melhorar a governança do Brasil, que é o grande gargalo. A corrupção campeia e anda solta no País porque não temos um bom planejamento.

Agora vou dar o número que mais me impactou, de um trabalho que nós fizemos em quase 400 instituições brasileiras, incluindo PETROBRAS,



Banco do Brasil, todas as grandes empresas estatais e todos os Ministérios. Trezentas e cinco responderam a um questionário sobre governança de pessoal.

O que é governança de pessoal? É ver se tem metas, se tem avaliação, se tem treinamento dos funcionários públicos, se tem avaliação de risco, se tem meritocracia. São alguns indicadores para sabermos se os nossos funcionários estão respondendo à sociedade de forma adequada em relação ao trabalho executado por esses milhões de funcionários.

São milhões. Eu conheço El Salvador, que é um país pequeno e respeitável, tem toda a sua história, mas nós temos 12 milhões de funcionários públicos federais: 6,5 milhões nos Municípios, 3,5 milhões nos Estados e 1,8 milhão na União. Doze milhões!

Dentre esses 12 milhões, focamos a União e fizemos uma pesquisa para saber o que havia de governança de pessoal aprimorado, ou seja, que está em um patamar aceitável, com aqueles requisitos que acabei de falar: avaliação, metas, treinamento, avaliação dos riscos, meritocracia. Há apenas 7,6% de governança de pessoal aprimorado no Brasil.

Falei isso longamente com o Ministro Mercadante, que demonstrou grande interesse. Nós queremos inclusive lançar, junto com os nossos governantes, seja do Executivo ou do Judiciário, um programa para mudar isso dentro do contexto da Nação brasileira: 57 em nível inicial e 7,6% de governança de pessoal aprimorado.

Então, Deputado Praciano, V.Exa. tocou no ponto mais importante de toda essa nossa discussão. Se não mudarmos a forma de trabalhar do Estado como um todo... E isso que eu falo não é apenas no Brasil, mas na América Latina como um todo, porque, como Presidente da OLACEFS, tenho viajado por todos os Estados, e temos grande dificuldade de entrega de produtos para a sociedade, seja na saúde, seja na educação.

Este ano faremos com a saúde. Semana que vem estarei recebendo todos os Tribunais de Contas do Brasil. Faremos uma reunião tentando implantar as melhores práticas de auditorias internacionais. Contratamos um grupo da (*ininteligível*), que é um instituto internacional, da INTOSAI, nossa organização mundial que dá os padrões internacionais para avaliarmos os nossos Tribunais de Contas dos Estados e os Tribunais de Contas da América Latina e Caribe. Então, teremos aqui mais de 20 países e todos os nossos tribunais. Teremos uma semana de orientação de como os tribunais podem trabalhar para melhorar e aperfeiçoar o Estado, porque ficar só penalizando, e vamos continuar penalizando, não é o suficiente.

Temos que partir para um trabalho de avaliação de como está a política pública como um todo, aquilo o que disse o Deputado Praciano. Fragilidades? Melhorar a estrutura do Estado? É importante que a gente dê os números a vocês.

Em relação à TI, porque hoje nós vivemos, meu caro Dr. Marcus, numa sociedade digital, numa sociedade que acompanha tudo o que está acontecendo. Já tivemos a época dos imperadores, dos reis. Passamos depois à fase da Idade Média e depois a outra fase. Agora, quem comanda não são mais os *status quo*, que é o Congresso Nacional e o Tribunal de Contas da União, que é o Judiciário; hoje quem comanda as



redes sociais é a própria população. Saímos então da era analógica e entramos na era digital, mas o Estado ainda não entrou na era digital.

Vou dar o número, que é impactante, para os senhores. Fizemos uma auditoria para verificar a questão da TI no Brasil, indicadores de governança de TI. Em 2010, quanto encontramos de governança de TI avançada no Brasil? Apenas 5%.

Por que a TI é importante? Há poucos dias fizemos uma auditoria na Previdência, e descobrimos 500 mil mortos recebendo aposentadorias. Alguém estava recebendo pelos 500 mil mortos, isso não faz 6 meses. Não há boa governança de TI, os dados não são atualizados. Descobrimos no Bolsa Família também há um tempo, e o Governo cancelou 400 mil depois que o Tribunal passou os dados - Patrus Ananias era o Ministro na época, com quem eu tive uma longa conversa. Nós mostramos todos esses dados para ajudar o Governo, que tomou decisões extremamente importantes, Deputado Praciano, mandou cancelar. Fizemos uma economia de 400 milhões de reais, que estávamos perdendo no Bolsa Família por ano, como também com relação à Previdência.

A governança de TI, depois que nós passamos a avaliar, já melhorou: fomos para 16% no ano passado. Saímos de 5%; triplicou a governança de TI.

Por que estava ocorrendo problema no Bolsa Família? Os dados da Caixa Econômica Federal não estavam sendo atualizados, e, aí, passa o tempo, as pessoas morrem e alguém continua recebendo no seu nome.

Como mudar isso? Qual é a estratégia do TCU? Trabalhar com auditorias coordenadas com os Tribunais de Contas. Nós estamos passando para os Tribunais de Contas dos Estados todo o nosso *know-how*, todo o nosso conhecimento, e fazendo um aprendizado para que eles possam também fazer as auditorias de forma preventiva e não só punir o gestor no Estado. Nós temos bons Tribunais de Contas nos Estados. Então, a ideia é fazer isso, e fazer a mesma coisa na América Latina.

No ano passado já fizemos na Amazônia toda, Dr. Marcus, para ver se o nosso discurso de desenvolvimento sustentável está adequado, conforme aquilo que o Itamaraty apresentou no Rio+20. Descobrimos que boa parte das nossas Unidades de Conservação não está sendo bem executada em termos de trabalho. Apontamos 14 indicadores e criamos uma tela, tipo uma teia de aranha, com os 14 indicadores, aproximando mais aqueles pontos que estão melhores e os que estão piores, mas buscando as boas práticas. Agora, este ano, vamos fazer na América Latina. Apresentamos isso na China, no ano passado, em um congresso mundial, em que tivemos a oportunidade de ser Vice-Presidente dos 180 países, de tribunais.

Por que é importante fazer esse trabalho em conjunto na América Latina? E aqui estão os amigos da América Latina presentes. Porque os animais não têm fronteira, como também o tráfico não tem fronteira. Então, é preciso saber o que está acontecendo do outro lado da fronteira em relação à questão ambiental, com auditorias em conjunto, coordenadas, como fizemos em relação à febre aftosa. Se não existir uma boa política de proteção na Bolívia ou no Paraguai, nosso rebanho será afetado. Então nós temos que apoiar e ajudar para que haja uma evolução do



controle dentro dos países da América Latina. Com isso, estamos fazendo e replicando todas as auditorias que estamos fazendo aqui.

Sobre educação, replicaremos este ano na América Latina; sobre TI, replicaremos na América Latina este ano, e estão já em andamento duas auditorias importantes com todos os países da América Latina, gás e petróleo, para verificar onde está sendo colocado o dinheiro - cinco países estão participando; queríamos que mais países participassem -, e também a água, porque é comum; porque a água é extremamente importante.

Então, o TCU avançou em termos internos e, para isso, nós criamos 22 Secretarias especializadas, correspondendo às Comissões da Câmara dos Deputados.

Hoje pela manhã, ainda tive um café da manhã com quatro Presidentes de Comissões, ocasião em que mostrei cada área que nós somos especializados, para que as Comissões do Congresso Nacional tenham conhecimento do que nós estamos fazendo para assessorar o Deputado Mendes Thame, assessorar o Deputado Praciano e qualquer Parlamentar que queira essa integração, essa interação. Estaremos à disposição de todas as Comissões especializadas e das Secretarias especializadas do Congresso Nacional.

Nós entregamos todos os anos aqui o chamado FISCOBRAS ao Congresso Nacional, que faz uma avaliação das obras e de que há pouco falei. Mas nós não vamos fazer somente isso. A partir deste ano - já fizemos no ano passado -, vai haver o Fisc-Cultura - Relatório Sistêmico de Fiscalização da Cultura, sobre para onde está indo o dinheiro da cultura do Brasil. Passaremos a ter o Fisc-Saúde a partir deste ano; o Fisc-Educação, que hoje fica pronto para todo o Brasil; e passaremos a ter o Fisc-Segurança, o Fisc-Meio Ambiente. Ou seja, uma fiscalização de cada setor para que o Congresso faça um debate e mostre à sociedade onde estão os gargalos da administração pública.

Para finalizar, estamos trabalhando com a organização mais avançada do planeta para buscar boas práticas. Já assinamos. Eu convidei o Deputado Mendes Thame o ano passado, convidei outros Parlamentares, como o Senador Viana, lá do Estado do Acre, e outras Lideranças para um ato que fizemos no TCU para assinar uma cooperação com a OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, com sede em Paris. Estive lá e apresentei a proposta para buscarmos as boas práticas dos países mais desenvolvidos. Convidamos Canadá, Estados Unidos, França, Holanda, Coreia do Sul. Enviei uma equipe para conhecer o governo digital da Coreia do Sul. Este ano já apresentaremos o primeiro trabalho, para ver o que podemos trazer de boas práticas para implantar no Brasil e também na América Latina, na OLACEFS, em termos de gestão, em termos de governança.

Claro que entre gestão e governança há diferença: governança é direcionar, é avaliar, é monitorar; gestão é executar, é agir, é planificar. Quem é líder, se não tem uma boa estratégia?

Muitas vezes, os nossos Prefeitos chegam a uma Prefeitura... Nós temos 5.600 Prefeitos, meus amigos de El Salvador - 5.600 municipalidades. E aí? Trabalham com a União, com o Estado, mas não estão bem orientados. Então, vamos distribuir, pela primeira vez, um referencial de



governança para todo esse pessoal. Estamos terminando, conforme o Deputado Thame falou, um guia de governança para as Prefeituras e para os Estados, para ajudar Prefeitos e Governadores.

Queremos construir algo, que é um grande sonho que espero realizar na minha gestão: ter indicadores de governança do Município, do Estado e da União; e ter indicadores de governança nos Ministérios e nas estatais. Queremos ver se uma se uma estatal que mexe com bilhões de reais tem plano estratégico, tem metas, tem avaliação, tem treinamento. Muitas vezes, um Prefeito é tirado do açougue, ou do armazém para ser Prefeito, e chega lá com o poder de emitir cheque, de assinar tudo, de administrar e de comandar o dinheiro, sem ter uma formação técnica. Isso acontece muito. V.Exa. que é da Região Norte sabe disso, Deputado Praciano.

Portanto, assinamos esse acordo com a OCDE e, neste final de ano, vamos apresentar uma proposta para o Brasil, mostrando onde estão os gargalos. Já apresentei isso para a Presidente Dilma, já conversei com o Governo, com o Congresso Nacional; queremos fazer isso em conjunto.

Mas e para a América Latina? Aí, vem a sugestão, talvez, a mais importante que eu possa apresentar, neste momento, neste encontro - e encerro com essa sugestão de um trabalho que nós já estamos fazendo no Brasil, com os Tribunais de Contas dos Estados. Para a América Latina, nós apresentamos agora, no nosso último congresso no Chile, que contou com a participação de representantes dos tribunais de mais de 40 países, a proposta de uma rede de controle contra a corrupção.

O que é essa rede de controle? É podermos chamar a polícia federal de cada país, o ministério público de cada país, e fazer uma lista das empresas que se envolvem em corrupção e divulgá-la na América Latina como um todo. Chama-se Rede de Controle para a América Latina contra a Corrupção. Estamos implantando isso, e acho que essa é a grande contribuição que podemos dar, porque, se não trabalharmos preventivamente, não há como evitar a corrupção.

A corrupção se instala quando o Estado não tem uma boa estrutura, não tem uma boa meta, não tem um bom planejamento, não tem uma boa governança. Por isso que, em sua exposição, o Deputado Praciano foi muito feliz, pois falou das fragilidades do Estado como um todo. Esse é o nosso grande problema e também o dos países da América Latina e Caribe. Precisamos melhorar, até porque o mundo hoje é globalizado. Se nós não nos aperfeiçoarmos na grande competição global, o nosso continente ficará em segundo plano.

Ter essa visão macro do Brasil é fundamental. Para isso, nós criamos quatro coordenações regionais dentro do TCU e criamos subdivisões para ver as vocações regionais. Assim, o Tribunal passa a ser um indutor do desenvolvimento e não somente um punidor, como tem sido. Vamos continuar punindo, mas temos que avançar. Nós temos que mostrar os caminhos para os gestores públicos e trabalhar em conjunto, aprendendo com eles também, porque, sozinho, você não é dono da verdade.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Ministro Nardes, a sua maravilhosa apresentação fortalece em nós a segurança de termos o Tribunal de Contas da União trabalhando para preservar a democracia brasileira. E nos sentimos muito honrados em tê-



lo como um ex-Deputado, que compartilhou conosco das mesmas preocupações, das mesmas lutas.

Antes de passar a palavra ao Deputado Praciano, o próximo orador na lista de inscrição, eu queria dizer o seguinte. No momento, está sendo discutida no Senado uma atualização da Lei nº 8.666, que é a Lei das Licitações. Corremos o risco de, nessa atualização que é necessária - a atualização é necessária, porque há décadas nós temos essa lei -, com o pretexto da atualização, perpetuar um grande retrocesso que vai aumentar a fragilidade do Estado brasileiro, que é rasgar essa lei e substituí-la em parte pelo Regime Diferenciado de Contratações, que institui legalmente no País a dispensa de projeto básico em muitas das obras. Um porque é obra da Copa, outro porque é obra do PAC, outro porque é obra da educação e saúde. Então, por algumas razões, nós não precisamos do projeto básico. O Estado vai poder contratar uma obra sem projeto, e quem ganhar é que vai fazer o projeto e discutir com o Estado. Ou seja, é um perigo danado.

Diante das suas colocações de que hoje, em 50% das obras nas quais foram constatadas irregularidades, essas irregularidades advém ou são facilitadas pela ausência de projetos, isso deve servir de azimute, de rumo para todos nós, para tomarmos muito cuidado com essa atualização.

Eu queria cumprimentar o Deputado William Dib, cuja presença nos dá grande satisfação; o Deputado Ariosto Holanda, que igualmente participa do seminário conosco; o Sr. João de Paula Ventura Neto, da Embaixada da República de Angola; o Sr. Raul Cabadas, Diretor-Adjunto de Assuntos Parlamentares do SINDIFISCO Nacional; o Dr. Sérgio Luiz Junkes, Vice-Presidente Institucional da Associação dos Magistrados Brasileiros - é uma satisfação contar com a sua presença.

Quero passar a palavra ao Deputado Francisco Praciano. Logo em seguida, citarei os demais presentes que nos honram com a sua presença.

Hoje, estamos com a Casa quase lotada, o que é muito raro aqui em Brasília numa quarta-feira. E queria, mais uma vez, agradecer a todos os presentes e dizer que aqueles que deixarem o seu nome aqui com a recepção vão receber um certificado de presença. Mas só poderemos emitir esse certificado para aqueles que deixarem registrado o seu nome, se não não temos como saber quais pessoas compartilham conosco, neste bom momento, da construção de um pacto contra a corrupção.

Com a palavra o Deputado Francisco Praciano.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO PRACIANO - Eu gostaria, por uma questão de economia - acho que tenho só 10 minutos -, de não fazer a apresentação de ninguém, porque todos já foram citados. No entanto, peço emprestada a permissão para, em nome dos companheiros da Mesa, saudar todos.

Ministro Augusto Nardes, eu fui executivo da Philips durante 12 anos, e o discurso de V.Exa. me fez lembrar o planejamento, a eficiência, os indicadores que as grandes empresas usam para uma boa gestão, para uma boa governança, coisa normalmente ausente no Estado brasileiro. Quando fui Vereador em Manaus - e o fui por quatro vezes -, tentei colocar na Lei de Diretrizes Orçamentária do Município, há 10 anos - e



acho que ali cabia, pois havia essa necessidade -, indicadores no ano seguinte para o Prefeito. Se estamos com um nível de evasão escolar hoje x, ele pode ser x - 1 no ano que vem. Mas nem pensar! Prefeito nem Vereadores toleraram colocar indicadores de *performance*, indicadores operacionais na administração pública. Parabéns pelo discurso de V.Exa., Ministro!

Vou ser bem objetivo: presido a Frente Parlamentar de Combate à Corrupção há 2 anos. Estou tentando repassar essa função a um outro Deputado, mas encontro dificuldades, porque parece que ninguém a quer. Nas nossas últimas reuniões - e estamos falando em Legislativo *versus* corrupção -, não tivemos presença de Deputados. Estiveram presentes os nossos companheiros do Ministério Público, alguns juízes, membros dos Tribunais de Contas, mas muito poucos Deputados da frente parlamentar.

Então, dirijo uma frente quase fictícia. Mantemos o cargo e a luta para sustentar a luta. É um desabafo em que quero ser muito aberto com todo mundo, com meus eleitores. Para mim, é um tema pouco tratado nesta Casa.

Adorei a história da GOPAC, gostei muito desse contato com o nosso companheiro Mendes Thame, um grande cidadão, preocupado com o assunto. Estamos fazendo uma boa parceria; isso está até me motivando a continuar com isso. Estou quase desistindo. Não tenho essa história de esconder muita coisa.

Será que tenho motivo para dizer que dá para desistir dessa história? Sr. Marcus Vinicius, grande Presidente da OAB, companheiro Augusto Nardes, nós temos 388 projetos de lei e PECs de bons impactos, de alto impacto no combate à corrupção, dormindo, dormitando - para ser mais forte - nas gavetas do Congresso.

Até 2 mês atrás, tínhamos o número de 160. Tem uns novos agora que eu prefiro não contar, mas até 2 meses atrás tínhamos 160: 120 na Câmara e 40 no Senado. São 6 anos exatamente nessa luta da frente parlamentar, conversando com o Presidente do Senado, conversando com o Presidente da Câmara, com vários deles. Fomos a todos os Presidentes de Comissões que tinham projetos nas gavetas, pedindo para acelerar.

Sabem quantos projetos conseguimos colocar no plenário da Câmara? Nenhum, companheiros. O Congresso não trata dessa pauta - só eventualmente, acidentalmente. A rua veio aí, veio criticando, veio atropelando o Congresso. Tentamos colocar até um projeto, que quase esteve na pauta, para transformar a corrupção em crime hediondo. Não passou 2 semanas, o povo se calou, o projeto saiu. Eu não estou exagerando. Estou aqui fazendo quase uma denúncia e um desabafo.

Então, eu gostaria que este seminário, ao fim, autorizado pelos presentes, pedisse uma audiência com os Presidentes da Câmara e do Senado e que quem assinasse esse pedido, por favor, colocasse pelo menos um projeto de combate à corrupção para o Plenário desta Casa.

Há 388, quase 50 deles prontos para o Plenário, e não vai nenhum. Alguns estão prontos para o Plenário há 10 anos. Temos projetos em Comissão para que seja indicado Relator há 12 anos. Há vários projetos quando se trata de combate à corrupção.



E temos belos projetos. Vou dar só o exemplo de um, porque são muitos. Um País que tem 80 milhões de processos - 80 milhões de processos! - nas gavetas da Justiça, ou em tramitação na Justiça, precisa de celeridade.

O então Deputado Flávio Dino foi Presidente de uma Comissão Especial que tentou acelerar - e participei dessa Comissão - os processos de improbidade e corrupção neste País. Era uma coisa mais ou menos simples. Na primeira instância, haveria uma vara especializada em improbidade e corrupção, projeto do Deputado Luiz Couto. Em caso de recurso no Tribunal de Justiça do Estado, haveria uma câmara especializada. Se houvesse recurso para os Tribunais Superiores, haveria turmas. Para quê? Para criar um caminho, um *bypass*.

Corrupção de 500 milhões, de 200 milhões, de 100 milhões não pode estar na mesma fila do roubo de galinhas, em um País que tem 80 milhões de processos na fila. Já faz 3 ou 4 anos que esse projeto está na gaveta. Aliás, pronto para o Plenário, e não vai. Perguntem por quê. É uma resposta que vocês podem dar.

Então, estamos tratando aqui de legislativo *versus* corrupção. Estou bem dentro do tema. E mais uma vez dizemos que precisamos aperfeiçoar o Estado brasileiro, inclusive, o Congresso Nacional, no sentido de ver que este País precisa de aperfeiçoamento através de leis. E as leis, quase todas, estão dormindo nas gavetas do Congresso.

Outro problema são os órgãos públicos, como os Tribunais de Contas dos Estados, uma rede de tribunais: 34 Tribunais de Contas dos Estados. Companheiro e Senador Humberto, em minha opinião, chega a ser imoral o que estamos vendo nos Tribunais de Contas dos Estados. E aqui há um Membro do Ministério Público que faz parte da composição nos Tribunais de Contas. Quarenta e dois por cento dos Conselheiros dos Tribunais de Contas do País estão denunciados por corrupção e improbidade! Quase a metade dos nossos Conselheiros de Contas dos Estados, que fiscalizam nossos recursos, está denunciada por corrupção! Quinze por cento já estão respondendo a processos! Por que isso? Porque a Constituição é rasgada. A Constituição exige notável saber técnico, mas esse notável saber vai embora, porque 80% dos Conselheiros de Contas são ex-políticos indicados, basicamente, pelo Governador do Estado: ex-Vereador, ex-Deputado Estadual, ex-Senador, ex-Governador e principalmente ex-Deputado Estadual - 56% deles.

Então, os nossos Conselheiros de Contas dos Estados são basicamente ex-políticos indicados pelo Executivo; alguns, pela Assembleia. Mas nas Assembleias quem manda é o Governador. Vinte por cento só, em média no Brasil é Oposição.

É uma coisa estrutural, Ministro Augusto Nardes - V.Exa. citou muito o meu nome, vou citar o seu. É estrutural e é necessário. Não estou contra Conselheiros aqui. Eu estou contra um sistema esgotado, cuja maioria é ex-político que foge da regra de notável saber - não tem nada de notável saber. E improbidade? Quarenta por cento deles estão sendo hoje denunciados! Estão denunciados e 15 respondendo a processos! Esse sistema está totalmente esgotado!

Há aqui a PEC 329, feita a várias mãos por entidades, inclusive com a participação de alguns membros da OAB, Ministério Público de Contas,



Ministério Público do País. Todas as entidades que estão preocupadas com a corrupção fizeram um projeto, a PEC 329, que tira o Executivo da indicação de Conselheiros, cria, coloca o Conselho Nacional de Justiça, é uma proposta que está na PEC, como fiscal dos Tribunais de Contas dos Estados, não criando um Tribunal de Contas específico para 300 pessoas, com 9 pessoas, com 7 representantes, como é a PEC 28.

Então, tem muita coisa para esta Casa fazer se entender que esse negócio de corrupção está dando um prejuízo para a sociedade de 100 bilhões de reais por ano! Então, aperfeiçoamento também dos Tribunais de Contas, como aperfeiçoamento do nosso comportamento como Congressistas, de ver, de entender que esse prejuízo é tão grande, e o Executivo deste País, a companheira Dilma, entender que o custo-benefício é muito alto quando se tem, só em termos de corrupção e crime de sonegação, 500 bilhões de reais.

Qualquer dinheiro gasto para estruturar inteligentemente a administração, a gestão pública de recursos vale a pena, e certamente o custo-benefício será positivo.

Para encerrar: a Polícia Federal é um problema seríssimo. No ano passado, a Polícia Federal diminuiu em 80% as suas investigações por falta de recursos, sem falar em motivação. Agentes, papiloscopistas e escrivães estão deprimidos, há um índice alto de suicídio, estão sem plano de carreira. Não progridem na carreira, estão desmotivados e sem dinheiro, reduzindo, inclusive, o volume de investigação da Polícia Federal no ano passado. Cito exemplos disso. Total de indiciamentos do trabalho da Polícia Federal em 2010, 367; em 2013, foram só 78 - está diminuindo; lavagem de dinheiro, 456 investigações e só 123 indiciamentos, aliás; crime de responsabilidade de prefeito passou de 704 para 102. A Polícia Federal está parando. O que diz o Ministro Heinz? *Estamos trabalhando no limite do limite. Temos um orçamento pequeno para as atividades fins, 70 milhões de reais por ano, para fiscalizar o País.* Esse orçamento é menor que o da Câmara Municipal de Manaus. A CGU, que tem a finalidade de fiscalizar o País, tem, para atividades fins, um orçamento menor que o da pequena Câmara Municipal de Manaus. E a CGU tem a função de fiscalizar o País.

Encerrando, é triste. Por conta de tudo isso, a corrupção continua positiva, bonita, espalhada por este País. Desculpem-me aqui os companheiros do Judiciário, mas eu acho que um dos grandes responsáveis é a Justiça. Tenho aqui em mãos um trabalho já um tanto antigo - e estou encerrando, meus companheiros - de uma consultoria chamada McKinsey. São 5 ou 6 anos de trabalho, mas acho que o quadro não mudou. Se mudou, tomara que tenha mudado bastante e positivamente, mas é o dado que eu tenho. A McKinsey pergunta se a Justiça brasileira é lenta e mostra a lentidão da Justiça. Exemplo disso: no Brasil, um empresário, para recuperar um bem de 50 mil reais, passa 546 dias. Para recuperar um bem! E gasta 75% desse bem para fazer essa recuperação. Então, gasta R\$ 37.500 e passa 546 dias, enquanto, no primeiro mundo, a média é 250 dias e não tem esse custo. É lenta. Por que é lenta? Falta gente? Diz a consultoria que não. A média de funcionários nas varas de justiça do mundo é de 10 funcionários; no Brasil, 14. Então, deve ser falta de dinheiro.



Nessa época, há 6 anos, o Brasil consumia 3,7% do Orçamento. Ou seja, 3,7% do Orçamento, na época, era o custo da Justiça. No mundo, era 1,5%. O que está acontecendo? Uma Justiça cara, uma Justiça com bastante gente. Segundo o Conselho Nacional de Justiça, em trabalho recentemente feito, a Justiça passa 6 anos ou 6,5 anos para dar terminalidade a um processo de corrupção e improbidade. E cita alguns problemas: juiz, no mundo, em alguns países como Singapura e a maioria dos países europeus, no organograma da Justiça, já tem um administrador judiciário. Aqui, o juiz administra a vara, perdendo dinheiro com licitação, limpeza, administração de pessoal, com viagem e tal, gastando somente 35% do seu tempo para jurisdizer, para julgar, para sentenciar, porque administra, porque tem atividades atípicas à Justiça. Enquanto na maioria dos países evoluídos do mundo, o juiz dedica (*falha na gravação*) do seu tempo a julgamento. É um problema seriíssimo.

Outro problema: 23% dos processos da Justiça deste País são processos questionando processos - é a farra dos recursos. Precisamos aperfeiçoar o Direito Processual Brasileiro. Dizem que um processo só pode sofrer cem recursos.

Um outro problema: o Supremo Tribunal Federal brasileiro julga 100 mil casos por ano. Na justiça americana, apenas 200 casos. Por quê? Porque o filtro da súmula vinculante ainda não está bem operacionada neste País.

Então, precisamos aperfeiçoar a Justiça. Nesses últimos 10 anos, tivemos mais de 1.500 escândalos levantados e investigados pela Polícia Federal. Quase todos estão dormindo nas gavetas da Justiça brasileira. Recentemente, o Brasil viu o escândalo de um Prefeito lá da cidade de Coari: pedofilia, 71 processos de corrupção. O Conselho Nacional de Justiça chegou no nosso Estado e viu todos os processos desse camarada, desse anticidadão, nas gavetas - alguns prescritos, outros perdidos. Felizmente, ele está preso. Quem prendeu o cidadão? Vou dizer sem medo: não foi Justiça, não foi o Tribunal de Contas do Estado, não foi a Assembleia, não foi a Câmara, a Prefeitura: foi o *Fantástico*. (*Risos.*) Em três vezes, o *Fantástico* surgiu, e o *Fantástico* é o nosso grande órgão, o nosso grande Estado, o Estado brasileiro. O *Fantástico* prendeu o Prefeito Adail, da cidade de Coari. É fantástico esse negócio! (*Risos.*)

Vou embora, mas, antes, permitam-me contar só uma historinha rápida. (*Palmas.*) Estou em época de eleição, mas não pensem que estou pedindo voto, porque meus votos estão em Manaus. Aliás, fui o mais votado do Estado na última eleição.

Companheiros, fui quatro vezes Vereador. Na primeira vez em que fui Vereador, dediquei-me totalmente ao combate à corrupção - queimaram meu carro, metralharam minha casa. Segundo mandato - nem só de corrupção vive um Parlamentar: além da corrupção, coloquei o direito dos estudantes na minha pauta. Terceiro mandato: combate à corrupção, estudantes e serviços públicos - água, transporte, etc. Quarto mandato de Vereador: a mesma coisa, somando tudo. Eu sempre somei as coisas. Quinto mandato foi aqui: fui membro da Frente Parlamentar de Combate à Corrupção. Logo, me fiz membro. Neste segundo mandato aqui, além de membro desta Frente, estou coordenando-a.



Sempre coloquei isso, e muitos dos senhores têm essa luta. Eu poderia passar o dia todinho falando das centenas de representação que eu fiz ao Ministério Público e de outras centenas de ações diretas na Justiça, todas em combate à corrupção. A história é longa! Eu poderia passar o dia todo contando isso. Vocês querem que eu comece a contar? Não posso, não é?

E digo isso porque tem uma história que eu não posso contar. Sou proibido de contar, mas vou contar aqui. Essa história eu não posso contar. Tenho 25 anos de luta no Parlamento e sempre tive a corrupção na pauta. É uma história de sucesso, companheiro? Nenhuma. Tempo perdido? O que é isso? Não tive, Ministro Augusto Nardes, companheiro Thame, Marcos Vinícius, e não tenho nenhuma história de sucesso nessa luta para contar para os senhores. Sabem por quê? Todas morrem nas instituições. Ou morrem no Ministério Público pela lentidão, pela falta de estrutura, ou morrem na Justiça, por lentidão, falta de estrutura ou por cumplicidade. Morrem numa instituição! Aí vem a história do aperfeiçoamento do Estado brasileiro.

Não me preocupo mais com corruptos! Encontramos corruptos em todos os corredores da vida. Estou preocupado com o Estado brasileiro. Se não melhorar seus órgãos, se não melhorar a lei e se especificamente não trabalharmos com a melhoria, a estruturação e o crescimento da Justiça brasileira, a corrupção continuará campeã neste País.

O francês Guy Sorman escreveu um livro chamado *A Nova Riqueza das Nações*. Um País materialmente rico como o nosso em termos de riqueza tangível deveria ser mais rico do que alguns países que não têm nenhuma riqueza material. O Japão não tem uma gota de petróleo, mas tem um dos maiores PIBs do mundo, por quê? Porque riqueza hoje é qualidade política e qualidade institucional.

O país que não tem materialmente nada, mas tem qualidade de cidadãos e qualidade de políticos é um país que cresce. E esse francês disse o seguinte: *São quatro os motivos do nosso terceiro-mundismo*. Um deles é política que não presta. Ele listou 18 países do terceiro mundo e constatou que, onde a política não presta, o país é pobre; onde as instituições não prestam, o país é pobre; onde os empreiteiros não têm responsabilidade social, o país é pobre. Esse é o terceiro motivo. O quarto e principal motivo é o seguinte: o país cujo povo perdeu a capacidade de se indignar, de se reconhecer como poder, não muda, porque só as ruas, só a sociedade pode fazer a mudança deste País.

Muito obrigado, companheiros! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O Deputado Francisco Praciano é um orgulho para todos nós! Nós nos sentimos muito bem representados neste painel com a presença do Deputado Praciano, que tem dado mostras concretas de ação contra a corrupção em todo o seu trabalho.

Queremos dizer que é uma satisfação poder contar aqui também com a presença do Senador Humberto Costa, Vice-Presidente do Capítulo Brasileiro da GOPAC.

Passo a palavra agora ao Dr. Marcus Vinicius Furtado Coêlho e, logo em seguida, ao Senador Humberto Costa.



O SR. MARCUS VINICIUS FURTADO COELHO - Deputado Federal Antonio Carlos Mendes Thame, que dignifica o Parlamento brasileiro com a sua atuação e é o Presidente, no Capítulo Brasileiro, do grupo internacional de Parlamentares que lida com esse importante tema do combate à corrupção, o GOPAC.

Saúdo o Deputado e agradeço o convite feito à OAB - Ordem dos Advogados do Brasil, ao Conselho Federal, para se fazer presente a este seminário internacional, e saúdo o Vice-Presidente da GOPAC, Senador Humberto Costa.

Ministro Augusto Nardes, Presidente do Tribunal de Contas da União, parabenizo-o pelas iniciativas anunciadas no que tange à necessidade de planejamento do Estado brasileiro, à necessidade de termos índice de governança e à necessidade de termos uma rede de controle internacional que divulgue os nomes das empresas que se envolveram em atos de corrupção em cada um dos países.

Deputado Francisco Praciano, Presidente da Frente Parlamentar Mista de Combate à Corrupção, temos já uma convivência antiga no âmbito dessa frente parlamentar. Sempre que convidado me faço presente, porque sei do trabalho de V.Exa. e de sua luta nessa matéria, luta na qual também o Deputado Mendes Thame é muito empenhado.

A Ordem dos Advogados do Brasil já se põe à disposição, no que couber, quando conclamada, convidada a lutar para que haja preferência de votação, no âmbito do Congresso Nacional, dos projetos de combate à corrupção anunciados - cerca de 358 projetos - pelo Deputado Francisco Praciano.

Já em agosto do ano passado, quando houve, justamente, todas as manifestações populares, tive oportunidade de dizer que o papel das instituições era o de dar voz, o de dar concretude à voz das ruas. E uma das reivindicações da população era justamente o combate à corrupção.

A OAB verificou que estava tramitando no Senado Federal o projeto de lei que permitia punir as empresas envolvidas em atos de corrupção, um projeto de lei que a Câmara já havia aprovado e que estava no Senado Federal. Em agosto, visitei o Presidente do Senado e, em ofício, solicitamos a votação do projeto de lei, que, como sabemos, foi aprovado e sancionado. É uma importante lei, a Lei nº 12.846, de 2013, que entrou em vigor em 28 de fevereiro deste ano. É uma lei importante, que deve ser conhecida por todos.

Esse é um exemplo de como é possível, com a união de esforços, fazer com que o Congresso Nacional vote matérias importantes, como as anunciadas pelo Deputado Francisco Praciano.

Também gostaria de louvar a filosofia que move o seminário, no sentido de que é preciso combater as causas da corrupção. Porque se não atingirmos o sistema, se não atingirmos a estrutura que estimula atos de corrupção, estaremos sempre combatendo apenas os seus efeitos - o que também deve ser feito -, estaremos apenas punindo quem pratica a corrupção - o que também é importante -, mas sem cuidar das causas.

Consideramos duas medidas importantes, e desde logo as anunciamos. A primeira é a que diz respeito ao modelo de financiamento das campanhas eleitorais no País. Esse é um ponto fundamental, que precisa ser verificado.



É claro que a Ordem dos Advogados do Brasil não tem a intenção de ser dona da verdade, de possuir um modelo pronto e acabado, até porque a sociedade brasileira é plural, tem muitas mentes. Mas este é um ponto a ser enfrentado: o modelo eleitoral brasileiro, com campanhas milionárias, baseadas em discussão de pessoas, e não de projetos, de ideias. Aí reside realmente um dos pontos fundamentais da corrupção no Brasil.

É preciso repensar o sistema de financiamento de campanha no Brasil. E, para repensar esse sistema, faz-se necessária uma profunda reforma política no Brasil, porque pensar em financiamento é pensar também em gastos de campanha. E é preciso criar um sistema, um modelo que diminua esses gastos.

Isso não fará com que, obviamente, a corrupção desapareça, mas o sistema eleitoral não pode estimular a prática de corrupção. É essa a questão que deve ser posta. Creio que esse é um tema a ser enfrentado de forma concentrada por parte de todos que têm essa boa intenção do combate à corrupção.

A Ordem dos Advogados do Brasil, ainda no ano de 2011, para que o debate fosse suscitado, para que a essa reflexão fosse dado cabo, ingressou no Supremo Tribunal Federal com uma ação direta de inconstitucionalidade para que fosse revisto o modelo de financiamento de campanha, verificando que a participação de empresas estava, a cada eleição, tornando o pleito mais milionário.

Se verificarmos o acréscimo de gastos de campanha na Justiça Eleitoral, veremos que ele vem em progressão geométrica, muito acima da inflação, muito acima do crescimento da população brasileira.

O Brasil é o segundo país do mundo que mais gasta em campanha eleitoral. Nós gastamos 0,8% do PIB. Perdemos por pouco para os Estados Unidos da América, porque lá a campanha de rádio e televisão é paga, não é gratuita, como no Brasil.

Aqui o horário eleitoral é gratuito para quem realiza a campanha - na verdade, é pago pelo contribuinte brasileiro, porque o espaço da televisão é, depois, pago mediante renúncia fiscal.

Enquanto nós gastamos 0,8% do PIB em campanhas eleitorais, temos o modelo da Inglaterra, onde se gasta 0,06% do PIB. É uma distância gigantesca, imensa.

Então, penso que cada um que realiza a política, o Deputado Federal, o Senador, principalmente os que se encontram nesta mesa, que são conhecidos pela correção de conduta, sabem da necessidade de se pôr o dedo nessa ferida, no modelo de financiamento das campanhas eleitorais.

E por que a Ordem ingressou com essa ação em 2011? Porque entendemos que, se podem ser doados licitamente 100 milhões de reais - e há essas doações, uma campanha arrecada 100 milhões de reais licitamente -, essa campanha poderá gastar outros 100 milhões ou 200 milhões de reais em caixa dois, que não são visualizáveis, não são verificáveis, porque, no gasto de 100 milhões ou de 200 milhões, 300 milhões na campanha eleitoral não se verifica o caixa dois.

Não há possibilidade, em uma eleição com milhares de candidatos, de a Justiça Eleitoral fiscalizar, fazer a prestação de contas. No Brasil, a prestação de contas eleitoral é um verdadeiro faz de conta.



E o que se postula, o que se prega - sem querer ser dono da verdade - é que, na campanha eleitoral, se não for possível arrecadar os 100 milhões, se em vez de 100 milhões o candidato puder arrecadar, dentro dos padrões legais, com a doação de pessoas físicas, algo em torno de 1 milhão de reais, ele não possa gastar 100 milhões de reais de caixa dois. Então, quando se diz que o caixa dois será estimulado com o fim do financiamento de empresas, eu gostaria de trazer esse contra-argumento desde logo. Na realidade, se diminuirmos o custo de campanha, se baratearmos as possibilidades de doações lícitas, obviamente, as doações ilícitas serão perceptíveis na campanha eleitoral. Se o candidato que puder arrecadar lícitamente 1 milhão de reais gastar os 100 milhões de caixa dois, obviamente, essa campanha será verificável, será, a olho nu, tida como uma campanha fruto de práticas ilícitas. É nisso que se aposta.

A Ordem dos Advogados do Brasil solicitou - assim o fiz na sustentação oral no Supremo Tribunal Federal - a modulação dos efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal, para que não fosse a Ordem acusada, como, infelizmente, ainda assim aconteceu, de querer influenciar a campanha eleitoral deste ano.

Não queremos influenciar a campanha eleitoral deste ano. Queremos que o Congresso Nacional tenha um prazo para editar uma reforma política que se adapte a uma nova realidade, sem financiamento de empresas.

É necessário um sistema eleitoral, que será definido pelo Congresso Nacional, que barateie o preço da campanha, que despersonalize as candidaturas. Temos que ter campanhas partidárias, estruturas partidárias de campanha.

Ora, se cada Parlamentar fizer a sua campanha com sua estrutura pessoal, se for atrás dos votos na estrutura de rádio, televisão, estrutura de som pessoal, ao chegar ao Congresso, obviamente, ficará muito mais difícil se englobar em um partido político, porque não houve compromisso com uma plataforma partidária durante a campanha eleitoral.

Então, eu penso que um novo modelo haverá de ser pensado pelo Congresso Nacional, mas se o Supremo Tribunal Federal concluir a decisão, o seu julgamento pelo fim do financiamento de empresas, penso que será uma contribuição para que depois se faça uma reforma política.

E a Ordem, como eu disse, solicitou, na defesa oral, a modulação dos efeitos no sentido de que o Congresso Nacional tenha realmente esse prazo para fazer a reforma política, uma vez que a Ordem não tem nenhum interesse partidário. A Ordem é uma entidade da sociedade brasileira, o seu único partido é a Constituição da República, e, portanto, jamais gostaríamos de interferir na campanha eleitoral deste ano.

Nós queremos, na realidade, uma reforma política que pense o Brasil para sempre. As eleições deste ano vão passar. Nós queremos é que o Brasil se repense, se remodele e, portanto, convidados como fomos pelo Presidente da GOPAC, no capítulo brasileiro, resolvemos trazer essa primeira contribuição, essa primeira reflexão sobre a necessidade de se repensar o modelo de financiamento de campanhas eleitorais no Brasil.

A segunda reflexão é sobre uma ampla campanha no sentido, Deputados e Senador, do pagamento das despesas públicas na ordem cronológica em que elas são feitas. Esse também é um problema em nosso País. É



que governantes escolhem quais as empresas irão receber, quais as contas serão pagas.

Nesse ponto também reside uma das causas, um episódio importante de atos de corrupção, porque se eu posso escolher se vou pagar primeiro a conta mais recente ou a mais antiga de despesa pública, obviamente, está estabelecido nesse ponto uma possibilidade de diálogo para práticas ilícitas.

Então, pensamos que, obviamente, quando se trata de uma despesa glosada pelo Tribunal de Contas ou uma despesa tida como ilícita, uma despesa sobre a qual há uma dúvida, aí, justificadamente, se deixa de pagar essa despesa até que se elucide essa questão. Mas a regra da gestão pública deve ser o pagamento das despesas.

E tenho aqui uma proposta a fazer neste seminário internacional. A GOPAC poderia propor a todos os candidatos a Presidente da República que assumam o compromisso em seus programas de Governo de, ao ser eleitos, pagar as despesas, determinar aos órgãos responsáveis que o façam. E também os Governadores de Estado. Que todos os candidatos a Presidente da República e a Governador de Estado assumissem o compromisso de pagar as despesas na ordem cronológica de sua realização.

Isso é importante inclusive para acabar com essa febre de precatórios. O que são os precatórios se não despesas que os governantes não pagam? Não pagam porque, enfim, o diálogo não aconteceu. Ou porque houve corrupção. E depois a empresa é obrigada a ingressar na Justiça para obter o pagamento dos precatórios 10, 15 anos depois, com um custo muito mais elevado, porque, além da despesa, há juros, correção, honorários dos advogados que tiveram que ingressar com as ações e toda a estrutura estatal de defesa do Estado perante aquele ato. Percebam, portanto, que essa medida é absolutamente importante.

E temos a campanha eleitoral deste ano. Se o grupo de tão notáveis Deputados e Senadores concluir por elaborar essa proposta e levar aos candidatos esse compromisso, penso que já seria uma grande contribuição para o País, sem falar na possibilidade de se transformar o pagamento em desordem sem justificativa num ato de improbidade administrativa. Também poderíamos fazer isso no âmbito do Congresso Nacional.

Eu estive conversando com o Presidente do TCU, que também gostou da ideia e se colocou à disposição, vamos procurá-lo para que o TCU também ingresse nesta ampla campanha: pagamento de despesa no Brasil na ordem cronológica em que a despesa é realizada. Isso é algo absolutamente de bom senso. E nós sabemos que isso, na prática, trará uma grande contribuição para o combate à corrupção no País.

Eu preparei um discurso escrito sobre a Lei Anticorrupção, mas vou entregá-la ao Presidente. Nele comento a Lei Anticorrupção, que é essa lei, mas acabei me inspirando ou me permitindo, diante dos que me antecederam, fazê-lo de modo propositivo.

Essa lei é um grande avanço do Congresso Nacional. Eu sei que só se faz críticas ao Congresso Nacional. O esporte predileto do brasileiro é falar mal do Congresso Nacional. Fala-se mal quando necessário, mas é preciso falar bem quando necessário. A Lei da Ficha Limpa, por exemplo,



veio da sociedade. A OAB participou dela, lutou por ela. Mas a lei foi aprovada no Congresso Nacional, uma importante lei para o Brasil. A Constituição da República, importante documento, um projeto de nação, foi aprovada no Congresso Nacional.

Essa lei que responsabiliza as pessoas jurídicas pelos atos de corrupção, portanto as empresas pelos atos de corrupção, também foi uma iniciativa aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

Portanto, é importante que possamos conhecê-la, para que ela seja cumprida, porque no Brasil algumas leis são cumpridas e outras não, há leis que pegam e leis que não pegam, infelizmente.

A doutrina jurídica chega a analisar esse fenômeno. Na doutrina, chama-se a lei que não pega de lei que possui ineficácia social. Vejam que na doutrina do Direito brasileiro chegou-se ao ponto de dizer que, além da ineficácia jurídica, há a ineficácia social, quando a lei não é simplesmente cumprida porque não há fiscalização da sociedade, porque o Estado não está aparelhado para tanto.

Mas essa lei é da mais absoluta importância. Junto com a Lei da Transparência e a Lei de Acesso à Informação, a Lei nº 12.846, de 2.013, que entrou em vigor no final de fevereiro deste ano, mas foi aprovada em agosto de 2013, responsabiliza as pessoas jurídicas.

Qual é a sua grande vantagem? Primeiro, ela tipifica diversas ações, não apenas dar vantagem ilícita, mas prometê-la, oferecê-la, e não apenas diretamente, mas também indiretamente, a um agente público para obter um favor. Ela também tipifica aquele que financia, custeia ou patrocina qualquer prática ilícita, algo que não existia neste País.

Essa lei prevê multa para a empresa de até 20% do faturamento bruto, multa essa, Deputado Praciano, que não é para ser aplicada pelo Judiciário. O processo administrativo para se aplicar a Lei Anticorrupção, a lei contra as empreiteiras, como foi chamada, ou a lei contra as empresas corruptoras, na realidade a lei contra as corruptoras. Esteve, inclusive, no discurso do Deputado Mendes Thame, parece-me que na abertura, ou do Deputado Praciano, a ideia de que é importante verificar o corruptor também, não só o corrompido. Essa lei diz que compete à Controladoria-Geral da União, no âmbito do Governo Federal, fazer o processo administrativo e aplicar multa de até 20% do faturamento bruto da empresa, independentemente de se provar que o dono da empresa estava envolvido, independentemente de se provar que os gerentes da empresa estavam envolvidos. Basta que um funcionário, em nome da empresa, esteja envolvido e ela poderá ser responsabilizada em até 20% do seu faturamento bruto. Essa multa independe das outras punições, como a reparação integral do dano, a punição criminal, a punição civil. A Lei de Improbidade continua em vigor, a Lei de Licitações continua em vigor.

Portanto, essa lei contra as corruptoras não vem para excluir a aplicação de todo o arcabouço legal já existente. Ela é um acréscimo. E na própria lei está dito que a sua vigência não afasta a aplicação da Lei de Licitações, da Lei de Improbidade e, portanto, do Código Penal.

(Não identificado) - Também a proibição de contratar, que é importante.

O SR. MARCUS VINICIUS FURTADO COELHO - A proibição de contratar é outra punição existente.



Já estou sendo solicitado a encerrar, e vou fazê-lo.

A publicação da decisão contra a empresa nos grandes órgãos de circulação da imprensa à custa da empresa é outra importante punição.

Vejam que, segundo essa lei, no âmbito dos Estados e dos Municípios, a responsabilidade de instaurar o processo administrativo de responsabilização é do titular do Poder nos Estados e é do Judiciário também.

Somente a cobrança da sociedade é que fará com que a lei pegue. Falou-se em Internet, falou-se em redes sociais. Temos que dirigir a nossa atuação para tornar essa lei eficaz.

Nela está prevista também a suspensão cautelar da obra ou da licitação, a desconsideração da personalidade jurídica.

Eu teria mais o que falar, mas, como o meu tempo se esgotou, eu queria dizer que, além da responsabilização administrativa, a lei prevê também a responsabilização judicial das empresas. Essa responsabilização pode ser feita não só pelo Ministério Público - essa é uma importante conquista da lei -, mas pelo advogado público. O advogado público, o procurador do Estado, o procurador do Município têm essa responsabilidade. Daí a importância de também valorizarmos a carreira da advocacia pública, assegurando-lhe independência: independência técnica para iniciar processos de responsabilização das empresas, que podem sofrer a perda dos bens, a interdição das atividades, a dissolução da pessoa jurídica e a proibição de receber incentivos ou subsídios fiscais.

Concluindo, eu queria também dizer que essa lei cria um cadastro nacional de empresas punidas, que reunirá e dará publicidade às sanções aplicadas.

Portanto, precisamos estimular a criação e a efetivação desse cadastro, e precisamos alimentá-lo. Precisamos fazer com que todas as empresas que foram envolvidas em atos desse jaez sejam, portanto, proibidas de ter novos contratos com o poder público.

O Conselho Federal da OAB está à disposição da Câmara dos Deputados, do Congresso Nacional, do Tribunal de Contas da União e da sociedade para envidarmos todos os esforços no sentido do aperfeiçoamento do sistema legislativo brasileiro, do ordenamento jurídico brasileiro, para que possamos enfrentar as causas dos atos de corrupção no Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Nossos agradecimentos ao Dr. Marcus Vinicius Furtado Coelho, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, que vem valorizar o nosso seminário. Agradecemos a sua presença e participação.

Queria cumprimentar também o Dr. Davoud Rezaei, Primeiro-Secretário da Embaixada da República do Irã, que está aqui presente; o Dr. Filipe Leão, Diretor do Sindicato Nacional dos Servidores da Controladoria-Geral da União; o representante da Embaixada do Quênia, Boru Gufu; e o Deputado Stepan Nercessian, que nos dá muita satisfação, hoje, ao participar conosco.

Eu queria passar a palavra ao nosso Senador Humberto Costa. E, logo a seguir, sem a parada para os debates, para ganhar tempo, já que os



jornalistas têm uma pauta hoje à tarde, nós iniciaremos, imediatamente, o painel. Faremos, portanto, o debate, a seguir, ligado aos dois painéis.

Com a palavra o nosso Vice-Presidente do Capítulo Brasileiro da GOPAC, o Senador Humberto Costa, que nos dá uma imensa satisfação com a sua presença aqui entre nós.

O SR. SENADOR HUMBERTO COSTA - Bom dia a todas e a todos.

Eu queria saudar aqui, com muita alegria, o nosso Presidente do Capítulo Brasileiro da GOPAC, Deputado Antonio Carlos Mendes Thame; o nosso Secretário do Comitê Executivo do Capítulo Brasileiro da GOPAC, Deputado Francisco Praciano; o Dr. Marcus Vinicius, que aqui representa a Ordem dos Advogados do Brasil; todos e todas que aqui estão.

Antes de mais nada, quero dizer que vou procurar ser muito breve, porque eu já vi que os painelistas do próximo debate já estão todos aqui.

Eu só queria comentar, rapidamente, algumas questões levantadas que eu tive a oportunidade de ouvir.

A luta contra a corrupção no Brasil é algo que não tem um momento em que vai parar. É um processo permanente e contínuo. A criatividade daqueles que navegam por essas águas tortuosas é sempre muito grande e muito mais rápida do que os próprios mecanismos de controle que nós temos no País.

Porém, quero registrar aqui duas coisas, rapidamente, porque o Dr. Marcus Vinicius já falou sobre isso. É que acho que nós tivemos avanços significativos. O primeiro deles é a lei que trata do acesso à informação. Ela permite - e a sociedade tem cobrado - que muitas coisas que, anteriormente, ficavam restritas ao conhecimento daqueles que fazem parte da máquina pública possam chegar à população. O segundo avanço é o próprio desejo, a própria vontade, da população de fiscalizar. Então, algo que acontece em determinado momento, em pouco tempo, já é do conhecimento de todos. As pessoas que estão envolvidas já começam a receber *twitters*, mensagens de Facebook, enfim. A sociedade também está muito alerta.

Outro avanço é exatamente este projeto que foi enviado pelo Poder Executivo, em 2004, que é a Lei Anticorrupção, votada pela Câmara. O Senado a votou recentemente. Esse é, sem dúvida, o maior avanço que nós já tivemos do ponto de vista do combate à corrupção. Se nós acompanharmos todos os processos que aconteceram a partir de operações feitas pela Polícia Federal, acompanhadas pelo Ministério Público, veremos que, às vezes, o agente público é punido, mas as empresas passam ao largo disso aí. Às vezes, quando elas sofrem um desgaste muito grande ou são impedidas de continuar atuando junto ao setor público, os mesmos sócios se unem para formar outra empresa com idoneidade para fazer essa mesma relação.

Então, eu creio que foi um avanço significativo. Nós precisamos que essa lei seja colocada em prática por todos aqueles que compõem a nossa sociedade, o Poder Judiciário, enfim.

Queria também agregar, porque hoje é muito relevante, uma coisa que o Deputado Francisco Praciano falou, que são os Tribunais de Contas. Nós precisamos, urgentemente, da mesma forma que nós temos o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério, criar um Conselho Nacional dos Tribunais de Contas, para que, na medida em que



esses Ministros tenham determinadas garantias semelhantes aos próprios juízes, à magistratura, nós tenhamos um meio de fiscalização.

O que tem acontecido é que, nos Estados, especialmente a influência de determinados atores políticos sobre os tribunais de contas dá a eles o poder seja de fazer cumprir a lei, seja de fazer com que a lei não seja cumprida. Muitas vezes, o apoio que se pede a um Prefeito vem a partir da ameaça de que aquele caso que está lá no Tribunal de Contas vá andar. Ou então o Prefeito chega, oferece o seu apoio e pede que o caso não ande, e não anda mesmo. Esse é um fato gravíssimo, já que as decisões do tribunal de contas hoje já vinculam, por exemplo, a questão da ficha limpa. Portanto, você abre possibilidade tanto de perseguições injustas, infundadas quanto de acobertamento de atos criminosos que tenham sido efetivamente praticados.

Acho que é preciso cumprir a lei. É preciso obviamente aprofundar as mudanças na lei, mas é preciso cumprir a lei. É muito difícil aceitar uma situação, como, por exemplo, a de alguém que foi preso, flagrado por meio de vídeo recebendo propina, livremente sair candidato a um cargo eletivo. Tem alguma coisa errada aí. Lógico que é importante o voto da população, mas vamos ficar na dependência de que o povo saiba escolher bem.

Era isso que eu queria colocar.

Agradeço e espero que nós da GOPAC possamos estar com cada vez mais componentes e consigamos avançar em tantas propostas importantes, como o Deputado Praciano falou.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Nossos melhores agradecimentos pela participação do Senador Humberto Costa, que é para nós motivo de grande satisfação. A participação de S.Exa. nos dá a segurança de que lá, no Senado, também nós temos inúmeros Senadores preocupados com o processo de combate à corrupção. E, como Vice-Presidente da GOPAC, também é motivo para nós de grande satisfação.

Queria imediatamente convidar o Dr. Antonio Vital, Diretor de Coordenação de Jornalismo da *TV Câmara*, para assumir a coordenação desse novo painel, que contará com a presença do Dr. Ricardo Gandour, Rodrigo Rangel, Eliane Cantanhêde, Fábio Pannunzio, Leonardo Cavalcanti, que vão nos trazer o tema: *O papel da imprensa no combate à corrupção*.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. COORDENADOR (Antonio Vital) - Boa tarde a todos.

Vamos dar início ao nosso painel antes que o pessoal comece a se desmobilizar, dado o adiantado da hora.

Gostaria de agradecer bastante à GOPAC Organização Global de Parlamentares contra Corrupção pela iniciativa desse seminário internacional, na figura dos Deputados Antonio Carlos Mendes Thame e Francisco Praciano.

Nosso painel vai tratar da participação da imprensa no combate à corrupção.

Como qualquer um de nós pode perceber, por trás de todas as grandes denúncias que redundaram em medidas concretas e até mesmo em



mudanças políticas grandes no País, nos últimos anos, está o trabalho da imprensa. A imprensa hoje está imersa em uma série de debates pode ser que os nossos convidados nos ajudem a entendê-los. Debates até mesmo do ponto de vista ideológico do seu funcionamento, debates a respeito da participação da Internet nos casos denunciados e como concorrente na mídia tradicional e a respeito do próprio papel na mídia tradicional hoje no mundo cada vez mais globalizado em que cada pessoa é produtora de conteúdo.

Então, eu gostaria de apresentar aqui nossos painelistas. Eu vou seguir a ordem que está na programação, começando com Ricardo Gandour, Diretor de Conteúdo do Grupo Estado; Rodrigo Rangel, repórter da revista *Veja*; Eliane Cantanhêde, pela *Folha de S.Paulo*, e que também participa do *Em Pauta*, da *Globo News*, fazendo comentários políticos; e Leonardo Cavalcanti, do *Correio Braziliense*, todos veículos da grande imprensa brasileira e todos eles têm casos pessoais ou dos seus próprios veículos para contar e acrescentar neste debate.

Só esclarecendo quais são as regras do debate, vou conceder a palavra a cada um, seguindo a ordem da programação, a menos que tenham alguma objeção. A princípio, cada um falará 5 minutos. Obviamente, teremos certa tolerância, mas, como confio em que todos tenham aquela capacidade de objetividade jornalística, acho que conseguiremos, no máximo, 10 minutos cada um e, depois disso, abriremos para as perguntas. Todo mundo pode mandar perguntas por escrito, basta procurar alguém da organização.

Vou começar com o Ricardo Gandour, do *Estado*.

O SR. RICARDO GANDOUR - Obrigado, Vital.

Bom dia a todos.

O normal é que nós estejamos do outro lado do microfone fazendo perguntas e não aqui expondo coisas, mas acho que era irresistível atender a essa oportunidade de debater o papel da imprensa nesse assunto do combate à corrupção.

Ao fazer um breve comentário, acho que eu queria, rapidamente, resgatar essa dualidade original da relação da imprensa com os Poderes. Evidentemente, todos sabemos que o papel do jornalismo é perguntar o que não quer ser respondido. É tentar mostrar o que não quer ser exibido. É tentar revelar o que está oculto. E, frequentemente, essa atitude inclui um natural incômodo. O papel do jornalismo, majoritariamente, é incômodo, e é assim que se estabelece, que se fiscalizam os Poderes, os negócios públicos e também privados.

Por outro lado, também é importante relembrar que a missão e o dever do gestor público, do servidor público, é prestar contas à sociedade, é prestar contas ao contribuinte, ao cidadão que o elegeu, que o sustenta e a quem se deve prestação de contas.

Evidentemente, como já foi citado, houve, nos últimos anos, significativos avanços, ainda com lacunas a preencher, mas houve avanço no sentido, especialmente, relacionado às leis de acesso a informações.

Mas o que eu queria dizer, então, ao resgatar essa natural dualidade, é que há zelos a se preservar dos dois lados. Do nosso lado da imprensa, eu diria que é nossa obrigação dar o tempo necessário à fonte para que ela providencie as explicações necessárias. É preciso perguntar com



clareza, estruturar a pauta de modo a que o outro lado, a fonte, tenha, enfim, clareza do que está sendo perguntado, do que está sendo pesquisado e - repito - dar um tempo mínimo necessário para que a fonte possa organizar as informações que esclareçam e atuar sem preconceito. Quer dizer, o servidor público, o agente público, o ocupante de cargo público ou privado, dependendo do caso... Não devemos, em nenhum caso, atuar com ideia pré-concebida. Nós devemos apurar e - repito - dar condições para que a parte se manifeste.

Por outro lado, do lado da fonte, é necessário lembrar que há o tempo jornalístico. Todos sabemos que ocorre, muitas vezes, uma procrastinação ou uma tentativa de se obstruir o andamento da pauta jornalística com prolongamentos, pedido de mais tempo etc. E me parece claro que é missão da coisa pública se estruturar para prestar informações. Frequentemente, ainda deparamos com uma situação esdrúxula para os tempos de hoje, que é dizer: *Como você está querendo saber isso? Isso acontece ainda. Mas por que a imprensa está perguntando isso, qual é a intenção?* A intenção é apenas de perguntar e de mostrar.

Então, eu acho que esse papel de esclarecimento, tão necessário e nutritivo à democracia, requer esse entendimento das duas partes. Do lado de quem pergunta, a clareza, o respeito e a ausência de ideia pré-concebida. E, sim, trabalhamos sobre fatos apurados. Mas, especialmente do lado do perguntado, não esquecer que estamos tratando da gestão pública, que deve, sim, satisfação à sociedade, a quem o elegeu, como cidadão, eleitor e contribuinte.

Então, fazendo aqui uma breve síntese, eu acho que a clareza nessa dualidade deve haver. Se os dois lados puderem agregar ainda mais clareza a esses dois papéis, eu acho que a gente vai avançar bastante.

Essa é a intervenção que eu queria fazer aqui rapidamente para contribuir com o painel.

Obrigado.

O SR. COORDENADOR (Antonio Vital) - Vamos ouvir agora o Rodrigo Rangel, que é da revista *Veja*.

O SR. RODRIGO RANGEL - Obrigado, Vital.

Boa tarde a todos.

A imprensa, no meu entendimento, tem tido um papel fundamental no combate à corrupção no Brasil nos últimos tempos, especialmente no cumprimento daquilo que é o papel primordial do jornalismo, que é jogar luz sobre aquilo que não se quer mostrar, aquilo que os poderosos de plantão querem esconder, mas que o cidadão tem o direito de saber.

Eu digo que o papel da imprensa nesse processo é fundamental, baseado em alguns casos recentes da crônica política brasileira. Alguns tiveram, como o Vital disse na abertura, desdobramentos na seara jurídica. Inclusive um deles a gente não pode deixar de citar, que é o escândalo da mensalão, cujo julgamento foi encerrado, na semana passada, no Supremo Tribunal Federal, depois de 69 sessões, um processo que durou 8 anos na Corte.

Como começa esse caso do mensalão? Começa com a publicação, pela revista *Veja*, onde eu trabalho, de vídeo de um funcionário dos Correios que aparecia cobrando propina de um empresário interessado em fechar



negócios na estatal. Bom, era uma propina baixa, de 3 mil reais. Para os padrões que a gente está acostumado a relatar, era baixa, mas aquele episódio acabou sendo o estopim, na sequência, de uma entrevista explosiva do Deputado Roberto Jefferson, como se sabe, ao jornal *Folha de S. Paulo*. E isso acabou gerando um processo que, na semana passada, teve fim na Suprema Corte. Quarenta pessoas foram denunciadas pelo Ministério Público Federal, 24 delas acabaram condenadas; algumas estão, neste momento, na prisão.

Eu citei esse caso, mas há vários outros. Eu vou relatar aqui alguns casos dos quais eu tive o prazer de participar, quando trabalhava no jornal *O Estado de S. Paulo*, comandado pelo Gandour, que está aqui ao meu lado. Nós pudemos fazer uma sequência de reportagens que levou ao conhecimento do País o caso que ficou conhecido como o Caso dos Atos Secretos, atos que eram editados secretamente pela Mesa-Diretora do Senado Federal, que distribuía benesses, privilégios a Senadores e servidores em geral da Casa. Havia familiares de Senadores importantes nomeados como funcionários, em gabinetes de aliados. Esses funcionários não apareciam para trabalhar; eram, portanto, funcionários fantasmas. E, a partir dali, nós iniciamos uma sequência de descobertas - vamos dizer assim - que puseram na berlinda o Senador José Sarney. Como se sabe, na ocasião, houve uma série de processos inclusive no Conselho de Ética do Senado.

Além desses casos que eu citei, há vários outros, como o caso das consultorias prestadas pelo ex-Ministro Antonio Palocci. Casos que nasceram na imprensa e tiveram, depois, desdobramento, segmento nas instituições.

É com base nisso que eu digo que a imprensa tem tido um papel fundamental no combate à corrupção. Talvez seja por essa razão até que alguns setores da política defendam, aqui e acolá, o famoso e famigerado controle da mídia, que é algo completamente sem propósito, porque vai de encontro aos interesses da sociedade, que obviamente tem direito à informação. A imprensa livre é um dos pilares básicos da democracia; e o direito à informação é um direito elementar do cidadão, especialmente à informação de qualidade, que pode ser produzida pela imprensa livre.

Era isso que eu tinha a dizer por hora.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Antonio Vital) - Obrigado, Rodrigo.

Queria registrar a presença do Deputado Marcelo Almeida aqui na nossa plateia.

Vou passar a palavra agora para Eliane Cantanhêde, da *Folha de S. Paulo* e da *Globo News*.

A SRA. ELIANE CANTANHÊDE - Boa tarde a todos.

Eu queria agradecer o convite à GOPAC, em nome do Deputado Mendes Thame. Acho importantíssimo este tipo de debate. Estou muito bem acompanhada aqui dos meus colegas. Também queria elogiar a presença de vocês e lamentar a pouca participação dos nossos Deputados e até de Senadores aqui.

O colega Rodrigo estava falando dos casos mais recentes, mas eu queria ir um pouquinho mais atrás. Toda vez que vamos lembrar que nada é perfeito e ninguém é perfeito, as pessoas citam o estrondoso caso da



Escola Base, para demonstrar os erros da imprensa. Realmente o caso da Escola Base foi um erro grave, começou com uma denúncia errada. A polícia encampou essa denúncia; depois ela vazou para a imprensa, que a bancou. E isso acabou destruindo uma escola e (*falha na gravação*) para sempre, negativamente, na vida de duas pessoas que eram inocentes.

Mas esse caso é tão relevante e tão exceção que ele é sempre usado recorrentemente quando se quer falar dos erros da imprensa, porque, na verdade, nenhum desses movimentos do processo rico e dinâmico da política brasileira

teria acontecido se não fosse a participação maciça e diuturna dos jornalistas, da televisão, do rádio, dos jornais e das revistas brasileiras.

Voltando lá atrás, vamos ver a luta contra a ditadura, mesmo sob censura; a luta pelas Diretas Já, com todos os seus riscos; o processo de discussão da Constituinte, de um novo Brasil que se estava criando - nada daquela esfuziante discussão teria sido possível sem a participação da imprensa brasileira.

No caso específico da corrupção, grandes avanços foram conseguidos, por exemplo, no Orçamento, porque a imprensa levantou e levou adiante a discussão sobre a corrupção, sobre a Comissão de Orçamento ser também um foco de corrupção, que tinha, aliás, efeito em várias outras instâncias. E houve também todo o debate do *impeachment* do Collor, com a CPI do Collor. Conseguimos o *impeachment* de um Presidente da República sem um tiro, sem sangue, sem dor, porque havia uma ideia consolidada na sociedade brasileira via imprensa. Quer dizer, a imprensa brasileira cumpriu o seu papel de fazer a conexão entre a sociedade e o que estava acontecendo entre os Poderes.

O Deputado Francisco Praciano, que fez uma brilhante exposição, citou o emblemático caso do *Fantástico*: as coisas aconteceram não por causa de alguém, mas porque saiu no *Fantástico*, saiu na imprensa.

Vou citar dois casos, um deles nacional, que é o caso do Senador Luiz Estevão, primeiro Senador cassado por corrupção na história do Brasil. Ele foi cassado depois daquele escândalo do TST de São Paulo que envolveu o Juiz Nicolau dos Santos, o famoso Juiz Lalau. O que pouca gente sabe é que aquele caso estava sendo investigado, discutido, processado em São Paulo havia anos. Aquilo não era nenhuma novidade, estava sendo investigado há anos. Mas só produziu efeitos, como a cassação do Luiz Estevão e a prisão do Juiz Lalau, porque houve uma conexão entre a CPI da Justiça no Senado e a imprensa. O caso foi para a imprensa, e, a partir daí, tudo pôde acontecer.

Saindo da esfera federal, vamos para o pequeno Acre. Eu sempre digo que, para imaginarmos onde está o Acre, temos que fechar os olhos e lembrar aquele Estadinho que quase cai do mapa brasileiro, mas que tem uma história pujante e teve um Governador dono de 30 CPFs - eu tenho um só, e fico imaginando para que alguém quer 30 CPFs. Esse Governador foi pego em São Paulo num Boeing cheio de muamba. E o Deputado mais votado do Estado foi preso e condenado porque serrava pessoas vivas. Ele não apenas matava, como serrava pessoas vivas.

Como é que o Acre conseguiu sair desse estado de coisas e virar tudo isso que nós conhecemos? Houve um processo muito rápido de



desenvolvimento. Por quê? Porque houve uma fusão de forças anticorrupção, forças políticas, forças policiais, forças na Justiça e mídia. Eles tiveram a inteligência de buscar a mídia nacional, que jogou sobre o Acre um foco que jamais tinha sido jogado.

Então, é possível mudar as coisas? Sim, é possível mudar as coisas, mas, sem a participação da imprensa, é muito mais difícil. A imprensa é indutora de mudanças.

Um fator eu acho muito importante. Eu queria fazer um elogio e uma crítica ao PT, que é o partido que, afinal de contas, está há mais de 10 anos no poder, portanto é o foco mais imediato da mídia. O PT teve uma influência enorme, mesmo antes de ser criado, em 1980, sobre o fator investigação e sobre a massificação da ideia de que a política pode, deve e tem que ser ética. O PT, durante 20 anos, foi muito efetivo na aliança com a imprensa livre, com o Ministério Público, com funcionários exemplares, que existem em todos os Poderes e em todas as Unidades da Federação. Muita coisa que a imprensa consegue se deve exatamente a esses funcionários que trabalham no dia a dia com o sentimento do patriotismo e do nacionalismo.

Mas o PT deixa de ser oposição e assume o Governo. O que acontece? Nos seus 2 primeiros anos de poder, cai-nos na cabeça a história da Lei da Mordada, para reduzir o poder de investigação do então aliado Ministério Público; cria-se uma lei para punir funcionário público que vaza informação; e começa-se a discutir o tal do controle social da mídia. Ou seja, os parceiros de 20 anos contra os outros, que eram a mídia, o Ministério Público e os funcionários exemplares, deixam de ser aliados e passam a ser adversários.

A mídia não sai do lugar. A mídia fica ali. O PT, quando era oposição, era aliado da mídia para descobrir coisas, investigar, divulgar. Quando o PT sai da oposição e vira governo, ele deixa de ser aliado e passa a ser vidraça. Esse é um processo natural. Quem saiu do lugar, quem se moveu, foi o PT, que virou governo, e não a imprensa, que continuou ali cumprindo seu papel de investigar. Um dos erros que os poderosos cometem é achar que jornalista é cúmplice. Jornalista não é cúmplice. Aliás, eu sempre digo que a gente tem que estar muito perto da fonte para obter a informação, mas distante o suficiente para que não haja promiscuidade.

O processo que eu citei não é exclusivo do PT, ele é uma constante: na oposição o partido é um; quando ele vira governo, é outro. Talvez essas coisas todas de Ministério Público, imprensa e funcionário público exemplar tenham servido, por exemplo, para evitar que se descobrisse que a Erenice Guerra e o Waldomiro Diniz, que eram da liderança do PT e foram superimportantes na investigação contra os outros, passassem a ser investigados e o caso desse no que deu.

Enfim, vem aí uma eleição. A Presidente Dilma é favorita. Há outros candidatos com chances. E, não importa para onde vá a política, para onde vá o partido, ou que partido vá para o poder, eu acho que a imprensa não deve nunca sair do seu lugar, que é o de discutir ética na política e um futuro melhor para o País e para os brasileiros.

Um mea-culpa que eu acho que a imprensa deve fazer é o seguinte: a imprensa foca muito os fatos e os corruptos, mas ela é omissa no debate



feito pela Mesa anterior, sobre como combater as causas da corrupção. (Palmas.)

É importante a imprensa entrar mais nesse debate. Esta Casa, a Câmara, e o Senado têm um monte de projetos que podem ser discutidos e alavancados pela imprensa, e a gente os debate pouco, a gente é pouco usado como canal desse tipo de discussão.

Enfim, era isso o que eu gostaria de dizer. Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Antonio Vital) - Antes de passar a palavra para o Leonardo, eu queria registrar a presença da Gabriela Vitorino de Sousa, da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital - FENAFISCO.

Para fazer perguntas aos nossos convidados, basta procurar alguém da organização do evento. As perguntas podem ser feitas por escrito. Têm chegado várias perguntas à Mesa.

Vou passar agora a palavra para o Leonardo Cavalcanti, do *Correio Braziliense*, e depois vamos abrir espaço para as perguntas.

O SR. LEONARDO CAVALCANTI - Boa tarde.

Em nome do *Correio Braziliense*, eu queria agradecer este convite para participar do Seminário, que eu acho muito importante. Como disse o Gandour, o convite para aqui estar é irrecusável.

Eu vou apresentar um trabalho do *Correio* feito ao longo de 1 ano sobre o 14º e o 15º salário dos Parlamentares do Congresso Nacional.

(Segue-se exibição de imagens.)

Para quem não acompanhou esse caso, enquanto o trabalhador brasileiro recebe 13 salários, os Senadores e os Deputados, durante mais de 50 anos, receberam 15 salários. Isso tinha sido criado há mais de 50 anos, como um auxílio-mudança. O camarada era eleito e recebia um auxílio-mudança, a ser pago no início e no fim do mandato, mas acabou que, ao longo dos anos, esse auxílio foi sendo incorporado, e todo ano os Parlamentares recebiam esse 14º e esse 15º.

Este é um caso específico, mas eu acho que com ele a gente consegue debater bem o papel da imprensa no combate a regalias e corrupção, no caso regalia e privilégio.

Esse trabalho começa a ser feito em fevereiro de 2012. Os repórteres da editoria de Cidades, pouco antes do carnaval e durante o carnaval, começam a divulgar matérias para mostrar que os Deputados Distritais haviam recebido mais de 20 mil reais antes do carnaval e tido 12 dias de folga. A reportagem do Distrito Federal, sobre a Câmara Legislativa, reforçou claramente o privilégio, e, surpreendentemente, acabou caindo rapidamente sobre a Câmara, claramente pelo envolvimento do jornal, que pautou e decidiu que aquele era um tema importante, uma bandeira importante da cobertura do *Correio Braziliense*.

Findo o processo na Câmara Legislativa, decidiu-se - editores, a equipe do jornal - levar esse tema para o Congresso Nacional. Sabíamos claramente que o desafio era muito maior, porque a mudança tinha que ser aprovada tanto na Câmara quanto no Senado. E não foi fácil. Foi preciso mais de 1 ano de reportagens, quase que semanais, até que se alcançasse o fim.

Uma das primeiras matérias que a gente mostrou foi um trabalho claramente de investigação jornalística. Não se tratava simplesmente de



uma campanha, havia um trabalho sério de apuração daquele drible no Leão.

Ainda em março de 2012, o jornal revelou que, ao longo de 5 anos, os Senadores aplicavam um golpe na Receita ao sonegar imposto devido pelos rendimentos extras. Ou seja, além de receber um 14º e um 15º salário, eles não recolham o imposto devido. A regalia durava 67 anos e, como eu disse, tinha sido criada com o intuito de ser um auxílio-mudança para os Parlamentares.

Ainda em abril, um projeto da Senadora Gleisi Hoffmann - que foi Ministra e é candidata hoje - acabou sendo aprovado na CCJ, e logo depois foi derrubado pelo Plenário do Senado. Então veio a batalha mais difícil do jornal, que foi levar esse tema para a Câmara.

No Senado, de certa forma, foi até mais simples. A reportagem sobre o drible no Leão causou um constrangimento, e eles aprovaram. Mas, no dia da votação que derrubou o 14º e o 15º salários, um dos Senadores, baixinho, disse: *A gente aprova aqui, a Câmara não vai derrubar isso mesmo, então está tudo certo.*

Só na Comissão de Finanças e Tributação, esse projeto ficou parado quase 10 meses, mesmo com o *Correio* fazendo matérias. Depois, outros jornais também se mobilizaram pelo tema, e de forma muito honrosa. O *Estadão* publicou dois editoriais sobre a matéria, o que para a gente foi muito importante, e jornalistas da *Folha* também se envolveram. Então o trabalho deixou de ser do *Correio* e passou a ser de mais repórteres, com um envolvimento claro, e também da sociedade, evidentemente.

O texto passou 10 meses parado na Comissão porque faltava quórum, por ser época de eleições. Ficou 10 meses parado na Câmara.

É importante que se diga que alguns Parlamentares abriram mão desse privilégio desde o início da tramitação do projeto. Alguns já haviam recusado o pagamento antes, e alguns outros abriram mão do privilégio ao longo do processo. Mas a grande maioria decidiu votar o texto apenas depois de receber a parcela referente a 2012.

Até o final do mandato do Deputado Marco Maia esse projeto ficou parado. Então, com a mudança de legislatura e aquele empenho para limpar a pauta, acabou sendo aprovado o projeto - a gente em cima o tempo todo.

Com o fim da regalia, que acontece no início de 2013, a maioria das Assembleias Estaduais que também pagavam 14º e 15º salários acabou aprovando projetos semelhantes e derrubando o privilégio.

Eu queria mostrar um pouco do que foi essa cobertura, para aí sim chegar ao trabalho da imprensa nesse processo.

Ao longo da cobertura, 30 profissionais do *Correio* se envolveram com o tema, direta ou indiretamente, durante 344 dias. A reportagem criou uma identificação com o leitor. A gente chegou a criar um símbolo. Enfim, houve um empenho de reportagem para se pensar essa campanha, essa série de reportagens.

Acho que a gente tem que abrir aqui esta discussão: apenas com investimento é que é possível fazer jornalismo. Não tenho dúvida nenhuma disso. Fazer jornalismo é um ofício muito caro. Não é fácil tratar de uma campanha como esta. E esse custo ainda é meio difuso. De uma forma geral, a população sempre teve a informação ou subsidiada por um



Jornal Nacional, no final do dia... Esse custo da informação é muito pouco percebido pela população de forma geral. Eu queria reforçar isto: não é barato dar informação.

Essa cobertura acabou ganhando um prêmio da EMBRATEL, um dos mais prestigiados do País, e hoje é tema de estudo na Academia.

Eu gostaria de dizer o seguinte: é razoável supor que com envolvimento da mídia é possível de fato alterar o debate legislativo. Eu acho que, nesse caso e em vários outros casos de corrupção, o debate é feito numa redação de fato. Acho que esse debate está muito na mídia. Não é só controle social, como dizem o Rodrigo e a Eliane: há hoje também um claro discurso contra a imprensa. Mas eu não quero entrar nesse debate. Tenho certa aversão a esse debate, eu não gosto muito dele. Primeiro, porque eu vivo disso, vivo de jornal, o meu ganha-pão é fazer jornal. E sou completamente convencido de que determinadas coberturas só se fazem dentro de uma redação, por conta de uma hierarquização, de uma expertise, dessa estrutura humana, física e também jurídica - não dá para pensar em fazer determinada cobertura sem um corpo jurídico do lado, que dê segurança, afinal de contas, justo ou injusto, acaba vindo um processo no final, e a gente tem que estar preparado para se defender. Isso é caro, não é barato. Produzir informação não é barato.

Bem, eu vou parar por aqui, até porque acho que já excedi o tempo.

Esta é a última capa do jornal, no fim da campanha, depois de 344 dias, um fim de história feliz.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Antonio Vital) - Obrigado, Leonardo.

Chegaram várias perguntas. Algumas são dirigidas a uma pessoa determinada, outras têm a identificação de quem as formulou, outras não. Enfim, eu vou fazer as perguntas, que ficam abertas para a Mesa, apesar de algumas estarem dirigidas para uma pessoa específica.

Tenho aqui duas perguntas que seguem a mesma linha e são dirigidas para a Eliane Cantanhêde e o Ricardo Gandour, sobre o financiamento da imprensa.

Como combater a 'compra' da imprensa livre por meio da publicidade oficial? Há possibilidade de se criar mecanismo de combate a isso?

Como ter numa imprensa livre, isenta, se é de conhecimento o grande e mesmo essencial financiamento da mídia pelas grandes verbas públicas para publicidade?

As perguntas foram feitas para o Ricardo e para a Eliane, mas estão abertas também para os demais membros da Mesa.

O SR. RICARDO GANDOUR - O tema é complexo e daria um seminário de uma manhã inteira. Rapidamente, é uma delicadeza fascinante do ambiente democrático. A imprensa é um negócio privado de alto interesse público.

As empresas saudáveis, quanto mais saudáveis e independentes financeiramente, mais o serão também editorialmente. A participação da publicidade oficial nos mais importantes veículos é muito pequena, é de poucos pontos percentuais no faturamento total da empresa. Eu seria incapaz de enumerar todos os furos jornalísticos que as empresas aqui representadas deram de seus maiores anunciantes, prova da sua independência e da separação entre a redação e o departamento



comercial, que sustenta a operação. Esta delicadeza é fascinante: um negócio privado, que deve ser saudável financeiramente, mas de alto interesse público, que deve cultivar o espírito público, promovendo a transparência e o debate. Esse é um parágrafo que pode ser desdobrado por horas.

Obrigado.

A SRA. ELIANE CANTANHÊDE - Eu queria reforçar o que o colega Gandour disse, principalmente questionando a expressão que foi usada, de compra da imprensa. Não se trata de compra da imprensa, porque, se a imprensa fosse comprada, a gente não teria a imprensa se digladiando e denunciando a ditadura militar; não teria a imprensa brigando com o Collor e denunciando-o; não teria a imprensa denunciando o mensalão; não teria a imprensa denunciando SIVAM ou compra de votos, no caso do Fernando Henrique Cardoso. Ou seja, a palavra compra não é adequada.

Agora, de toda forma, eu queria fazer uma distinção entre a imprensa nacional e a imprensa regional. A imprensa nacional, ela tem capacidade de sobrevivência muito além do que um anúncio ou outro de uma empresa pública ou de governos. Mas na imprensa regional isso muda um pouco de figura, porque na imprensa regional há um círculo vicioso muito grave: o sujeito que tem o poder econômico acaba tendo o poder da mídia, e, depois do poder da mídia, ele conquista o poder político. Com isso ele eterniza a família no poder: dele para o filho, do filho para o neto... Eu até me lembro de algumas famílias aqui, mas acho que não preciso dizer os nomes, porque todo mundo conhece.

Enfim, existe a questão regional e a questão nacional. Agora, na questão nacional, essa verba de publicidade não governamental não interfere, e os fatos falam por si.

Obrigada.

O SR. COORDENADOR (Antonio Vital) - Bem, eu tenho aqui uma pergunta do Deputado Marcelo Almeida, que está na plateia, na verdade um comentário que eu gostaria que os membros da Mesa analisassem - apesar de ele dirigir para a Eliane.

Tenho a impressão de que a imprensa fica limitada aos grandes escândalos, mas parece ignorar ou não perceber pequenos focos de corrupção, como o caso dos simuladores de trânsito. Mais um exemplo: por que a Comissão de Educação e Cultura foi separada? Óbvio que é por cargos.

Não é isso, Deputado?

Eliane, se você quiser comentar, ou algum outro membro da Mesa...

A SRA. ELIANE CANTANHÊDE - É verdade. Sabe o que acontece? Tem escândalo demais e papel de menos, então esse papel dos pequenos escândalos locais deveria ser cumprido pela imprensa local, como aqui a gente tem o *Correio Braziliense*, por exemplo. Eu assino o *Correio Braziliense*, tenho-o toda dia na minha casa, porque é a forma de eu saber como é que a minha comunidade está se comportando, quais são os políticos que estão fazendo alguma coisa, o que tem de errado, o que tem de bom, qual é a programação de cinema.

E a imprensa escrita, depois do fenômeno da globalização e do fenômeno da Internet, que mudou o mundo, é muito voltada, também, para a sua



região, a sua cidade e até o seu bairro, não é? É inacreditável o número de publicações que são de bairros, locais.

Então, é uma questão de escala. Se você tem o mensalão, é muito difícil você olhar o simulador local. Mas há outros veículos, inclusive a própria Internet, que estão fazendo esse papel.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. ELIANE CANTANHÊDE - Passou a ser nacional. Vamos investir. É até uma boa pauta, olha aí. Quem tiver boas pautas pode apresentar. Elas serão sempre bem-vindas.

O SR. RODRIGO RANGEL - Só um adendo, Eliane. Não falta só papel, não é? Falta mão de obra também, tantos são os casos. A gente não dá conta. Todo dia a gente acaba sabendo de um novo caso, e a gente tem mesmo que trabalhar priorizando: este aqui é mais importante, pela dimensão, pelos valores envolvidos, pelos personagens. E a gente acaba tendo que recorrer, realmente, a essa escala a que a Eliane se referiu.

O SR. LEONARDO CAVALCANTI - Eu acho que, claro, a imprensa deve se envolver nos grandes casos e nos casos pontuais de corrupção, evidentemente. A Ciência Política tem estudado isso. Tem um autor que se chama Thompson que diz que quanto maior a visibilidade do envolvido no escândalo, maior esse escândalo vai ser.

Eu não estou desconsiderando a importância de a gente tratar isso, evidentemente. Agora, é quase que natural que, se você tem um escândalo envolvendo uma pessoa com mais visibilidade, esse escândalo acabe chamando mais atenção da sociedade. Eu entendo e me preocupo com isso, evidentemente. Agora, existe um processo natural, evidentemente.

O SR. COORDENADOR (Antonio Vital) - Pessoal, tem muitas perguntas chegando aqui. Então, eu queria que nós fôssemos bastante objetivos. Tem gente, também, querendo participar.

Tem uma pergunta que, na verdade, é uma provocação para os nossos convidados, que é a seguinte: *Fala-se em corrupção com foco em políticos e empresários. Minha indagação é: como a mídia de massa se comporta quando a corrupção está em seu próprio meio?*

Alguém se voluntaria?

O SR. RODRIGO RANGEL - Eu acho que cabe outra pergunta: a que caso, exatamente, a pessoa se refere? Eu desconheço um caso relevante que aponte seriamente o dedo para um jornalista da grande imprensa. O que a gente vê hoje é uma tentativa de criminalização do trabalho da imprensa. Você faz uma matéria, uma reportagem que mexe com o interesse de poderosos e, na sequência, você vira o culpado. O mensageiro acaba virando o responsável. Aí, entra uma campanha na Internet, no Twitter, no Facebook, xingam até a sua quinta geração, te acusam de crimes vários, e a prova nunca aparece - e a prova nunca aparece! Aliás, são acusações completamente infundadas, que só servem para jogar névoa no cenário e para tentar tirar a responsabilidade daqueles que realmente devem, daqueles que realmente têm culpa.

Era isso o que eu tinha a dizer.

O SR. COORDENADOR (Antonio Vital) - Tem uma participação aqui da Elda, que foi auditora do TCU. Quem é Elda? Ah, está bem.



A Elda faz um comentário longo a respeito do seu trabalho, não é isso, Elda?

A SRA. LEONARDO CAVALCANTI - Posso falar?

O SR. COORDENADOR (Antonio Vital) - Pode. Pode fazer uma pergunta. Mas tem que ser breve, porque a gente está bem apertado, está bem?

A SRA. ELDA MARIZA VALIM FIM - Eu estava falando para a Eliane que não só eu, mas a maioria aplaudiu e gostou da ideia de ver a prevenção, mudanças. O Deputado Praciano falou aqui da quantidade de leis. Eu gostaria de dizer que houve uma CONSOCIAL - Conferência Nacional Sobre Transparência e Controle Social, que elegeu 80 prioridades da sociedade para a promoção de transparência e combate à corrupção. Entre essas, 20 são propostas exatamente de combate à corrupção - são 4 linhas -, e eu gostaria de falar especificamente sobre uma, pois eu queria saber se os senhores têm interesse na extinção dos Tribunais de Contas.

Este modelo de Tribunais de Contas tem o seguinte problema - eu fui auditora por 17 anos: o auditor analisa as contas públicas e se depara com ilícitos penais, civis e administrativos, mas existe uma norma interna que diz que ele só pode dar conhecimento - conhecimento é poder - de tudo que ele está vendo para o seu superior, senão ele pode perder o emprego. Então ele leva a seu superior, que vai julgar. Os julgadores, como o Deputado Praciano disse e todos nós sabemos, são ex-políticos. A maioria é ex-político. Então eles julgam os ilícitos penais, civis e administrativos como regulares, na maioria, e os arquivam.

Isso acontece com muito dos casos, e eu posso citar dois: o caso do Lalau, em que o auditor já havia chegado e dito que havia problemas graves e que era para parar a obra, e o TCU disse: *Não! Pode continuar. Se parar agora vai dar mais prejuízo ainda.* Isso quando a obra estava no comecinho. Então esse é um dos casos.

Outro caso recente é o que o pessoal chama de propinoduto tucano, em que está claramente mencionado o nome do Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo que recebeu propina para arquivar o processo. Eles chamaram de crime perfeito, e eu estou dizendo, senhores: é um crime perfeito. Porque só o auditor sabe. Se o auditor falar, ele perde o emprego. Quem toma conhecimento? O Conselheiro. Ele recebe o dinheiro e arquiva. E a imprensa - sinto muito; a imprensa é muito importante - só fica sabendo quando vaza. E é por isso que é o *Fantástico* que faz as matérias: porque só quando vaza um relatório de auditoria é que acontece isso aí.

Então, eu gostaria de ter a atenção dos senhores para isso, porque é uma briga que só será possível se a imprensa e a sociedade comprarem a causa, já que, para a maioria dos políticos, está perfeito; é um sistema maravilhoso - um sistema maravilhoso! Eu espero contar com os senhores para combater isso.

Obrigada.

O SR. COORDENADOR (Antonio Vital) - Obrigado, Elda.

A SRA. ELIANE CANTANHÊDE - Sr. Presidente, posso falar?

O SR. COORDENADOR (Antonio Vital) - Claro.



A SRA. ELIANE CANTANHÊDE - É bem rapidinho. Isso tudo que você falou, Elda, confirma o que a gente está dizendo: ou seja, se não vai para a imprensa, não acontece. É por isso que é importantíssimo a gente impedir essa tal lei do início do Governo Lula que pune funcionário que vaza documento, que vaza informação para a imprensa. Sabe por quê? O funcionário vai ao seu chefe e denuncia; o chefe é apadrinhado de não sei quem e diz: *Ih! Isso vai me prejudicar! Não quero saber, não!* Então, qual é o canal? É a imprensa.

Todas essas coisas - propinoduto, Lalau - só tiveram consequência depois que foram para a imprensa. Então, conclamo todo mundo aqui que for funcionário a se lembrar da imprensa - não só do *Fantástico*, mas dos jornais também -, porque muita coisa aconteceu por causa da imprensa.

O SR. COORDENADOR (Antonio Vital) - Bom, o Gandour tem que sair, porque ele tem uma pauta - o pessoal está trabalhando hoje. É um dia quente aqui no Congresso, com muita coisa acontecendo. Ele pediu para fazer as considerações finais. E a gente continua.

O SR. RICARDO GANDOUR - Eu estarei de volta aos debates na parte da tarde. Eu queria só agradecer e elogiar o Deputado Mendes Thame, da GOPAC, pela iniciativa e pedir licença à Mesa. Vou estar muito bem representado aqui. Desculpem-me.

O SR. COORDENADOR (Antonio Vital) - Imagina.

O SR. RICARDO GANDOUR - Até já! Obrigado.

O SR. COORDENADOR (Antonio Vital) - Obrigado, Gandour, pela sua presença. (*Palmas.*)

Bom, vamos tentar pelo menos registrar todas as perguntas, apesar de algumas serem bem extensas. Eu vou pedir para a gente tentar respondê-las de maneira objetiva.

Há uma pergunta assim - eu não entendi a assinatura da pessoa: *Uma vez que foi citado o Mensalão, gostaria de saber no que a mídia poderá ajudar a sociedade, esclarecendo se o dinheiro desviado nesses sistemas de corrupção retornará aos cofres públicos. Há possibilidade de buscar o caminho, ou seja, a trajetória de retorno desse dinheiro?*

Concedo a palavra ao Rodrigo.

O SR. RODRIGO RANGEL - Após o veredito do Supremo Tribunal Federal, cabe à Advocacia-Geral da União mover ações para cobrar. Isso está registrado nas páginas dos jornais, das revistas, foi noticiado pelas emissoras de rádio, pelas televisões. Enfim, a gente acompanha esse processo, mas, neste momento, essa atribuição está a cargo da Advocacia-Geral da União.

A SRA. ELIANE CANTANHÊDE - Mas, Vital, eu tenho uma coisa a complementar: a novidade desses processos de combate à corrupção é que o dinheiro está começando a voltar. A gente tem três exemplos, pelo menos, que são importantes: Maluf - o dinheiro do Maluf está sendo devolvido; Jorgina - os bens dela foram todos leiloados, e as contas reverteram para o Tesouro Nacional; e o Luiz Estêvão, que também está pagando uma bolada. Não sei de onde vem tanto dinheiro, mas são bilhões e bilhões.

Enfim, recuperar o dinheiro é um passo importantíssimo.

O SR. COORDENADOR (Antonio Vital) - Tem muitas perguntas ainda, mas eu queria estabelecer aqui um *deadline* para a gente - só pra usar



um jargão jornalístico aqui - de mais uns 15 minutinhos, para a gente poder encerrar.

Há aqui uma pergunta do José de Anchieta para o Rodrigo, mas que pode estar aberta para os outros membros da Mesa: *A palavra transparência foi citada várias vezes, e também a questão da reforma política. Pergunta: por que o debate sobre a urna eletrônica não acontece na imprensa e também na grande mídia?*

O SR. RODRIGO RANGEL - Olha, é um assunto no qual eu gostaria de me aprofundar. Eu confesso que conheço pouco sobre as tecnicidades do sistema usado pelo Tribunal Superior Eleitoral, mas eu acho que é, sim, uma boa sugestão. Eu acho que vale a pena, sim, a gente tentar em algum momento mergulhar nesse sistema e compreender o nível de segurança que ele apresenta.

Eu sei que, aqui e acolá, aparecem técnicos, especialistas questionando o sistema, mas confesso que não conheço a fundo o assunto e não tenho como falar mais. Mas é um assunto interessante, sim. Acho que é uma boa pauta.

A SRA. LÚCIA FÉLIX - É pela certificação (*inaudível*).

O SR. COORDENADOR (Antonio Vital) - Temos uma participante falando que a base é a certificação digital.

Como a gente está gravando o debate, não adianta falar sem microfone, pois ninguém vai ouvir e a intervenção não vai ficar registrada.

O SR. RODRIGO RANGEL - É um bom assunto.

O SR. COORDENADOR (Antonio Vital) - É uma boa pauta, como disse o Rodrigo. Obrigado.

Há outra pergunta. Quem participa é o Tarcízio Ildefonso, advogado. Ele fala o seguinte: *A jornalista Eliane Cantanhêde registrou o baixo número de Parlamentares presentes ao Seminário e reforçou a importância dos vínculos dos veículos de comunicação para o êxito da apuração de escândalos de corrupção. Se a atuação da mídia é capaz de alterar o debate legislativo, é possível afirmar que este Seminário terá, ao menos, registro de sua realização nos veículos presentes nessa Mesa?*

A SRA. ELIANE CANTANHÊDE - Eu não sei. Sinceramente, eu não sei. Eu estou vendo um colega meu da *Folha de S.Paulo*, o Felipe Coutinho. Tem gente também de outros jornais. Não sei. Depende da relevância do que for dito aqui. Eu, por exemplo, já tenho a minha pauta: eu vou escrever sobre o Seminário.

O SR. COORDENADOR (Antonio Vital) - Só para esclarecimento: este Seminário está sendo gravado pela *TV Câmara* e depois será exibido em sua íntegra. Também a *Agência Câmara* vai fazer uma matéria mais tarde. Quem quiser pode acessar o *site* da Câmara dos Deputados.

Qual o principal fator de contribuição da imprensa à sociedade no combate à corrupção? Quem pergunta é o Marco Antônio, que é pré-candidato a Deputado pelo DF. O *Correio Braziliense* responde.

O SR. LEONARDO CAVALCANTI - Eu acho que é total. Na verdade, é assim: a imprensa é uma parceira da sociedade nesse sentido. E eu acho que há participação dela nessa transparência e nesse processo social. Os vários casos que a gente já citou aqui mostram que, por mais que no Estado brasileiro haja uma evolução de fato, como fala a Eliane - no caso de melhoria da legislação, de aperto onde você consegue trazer de volta



o que foi roubado da sociedade, do povo -, a imprensa é uma parceira nesse sentido. Existe um empenho claro dos repórteres nisso, evidentemente.

O SR. COORDENADOR (Antonio Vital) - Tem um comentário aqui cujo autor não assina. Não é uma pergunta específica dirigida a nenhum membro da Mesa, porém tem a ver com meios de comunicação, pelo que eu entendi, em cidades pequenas, do interior. É um caso que a pessoa relata que aconteceu no Estado da Paraíba, e talvez seja interessante para o nosso debate. É o caso de um Prefeito que invadiu a Câmara de Vereadores e bateu num Vereador por fazer alguma coisa relativa a obras inacabadas - provavelmente o Vereador estava denunciando obras inacabadas. O Prefeito entrou na Câmara de Vereadores e bateu no Vereador. *A Justiça nada fez; nada aconteceu com o Prefeito. Como pode o Vereador desempenhar o seu trabalho numa cidade sem Justiça?* E provavelmente também sem algum meio de comunicação.

Talvez seja essa a questão colocada aqui para os nossos debatedores: como fica a questão da mídia em cidades que não são servidas por um veículo local?

A SRA. ELIANE CANTANHÊDE - Leia o que aconteceu no Acre. O que aconteceu no Acre vale para muita gente como laboratório do que é possível fazer, principalmente agora, com a Internet.

O SR. LEONARDO CAVALCANTI - Eu acho que a Internet facilita essa divulgação de informações. Agora, eu acho que, claro, é muito difícil você ter uma determinada cobertura em determinados casos - não só o relato factual da briga, ali em cima, naquele momento, mas o que levou àquela briga e como você consegue atuar a partir da própria denúncia. Eu não sei exatamente como é o caso, mas essa apuração mais profunda eu acredito, ainda, que é a partir de uma estrutura de cobertura que é mais difícil você fazer em cidades menores.

A Internet ajuda? Ajuda, mas eu acho que a gente precisa discutir mais a importância da imprensa nas cidades menores, pelo menos nesse caso específico.

O SR. COORDENADOR (Antonio Vital) - Bom, vou fazer aqui, então, duas últimas perguntas.

A primeira é para a Eliane, mas está aberta para os demais membros da Mesa também. *Convém ao jornalismo e ao jornalista afirmação como a que a senhora fez em relação à preferência da Presidente, o favoritismo dela?*

A SRA. ELIANE CANTANHÊDE - Os jornalistas não devem, e não podem, brigar com os fatos. No corte de hoje das pesquisas, a Presidenta Dilma Rousseff é a favorita para a reeleição, mas eu destaquei que os outros candidatos - então, eu vou citá-los aqui também: Eduardo Campos, do PSB, em aliança com a Marina Silva, da Rede; e o Aécio Neves, do PSDB - também têm chances. A campanha ainda não começou. O favoritismo da Presidenta Dilma hoje simplesmente é um fato.

O SR. COORDENADOR (Antonio Vital) - Agora, uma pergunta para o Rodrigo Rangel: *É possível fazer jornalismo para a massa?*

O SR. RODRIGO RANGEL - É claro que sim! O que a gente faz é jornalismo para o grande público mesmo! Aquilo que nós noticiamos nas



páginas de *Veja*, por exemplo, normalmente repercute muito além daquele público leitor que nós temos. A revista é a maior do País, uma das maiores do mundo, mas muitas vezes aquilo que nós produzimos vai além desse nosso público leitor: muitas vezes ganha repercussão nas páginas dos jornais, vai para a televisão. Muitas vezes nós temos casos de reportagens produzidas que viraram matérias no *Jornal Nacional* e em outros telejornais. Eu acho que a gente trabalha para levar aquilo que a gente produz para o maior número de pessoas possível.

O SR. COORDENADOR (Antonio Vital) - Bom, gente, com isso, então, a gente encerra aqui a nossa participação. Eu quero agradecer a presença de todos, em especial dos nossos convidados Ricardo Gandour, Diretor de Conteúdo do Grupo Estadão, que saiu um pouco mais cedo; Rodrigo Rangel, da revista *Veja*; Eliane Cantanhêde, da *Folha de S.Paulo* e da *GloboNews*; e Leonardo Cavalcanti, do *Correio Braziliense*. Muito obrigado pela presença de vocês.

O Seminário continua à tarde, não é, Deputado Mendes Thame? Então, vejo os senhores à tarde.

Muito obrigado. (*Palmas.*)